

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	23
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	26
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	29
2.5 Medições não contábeis	34
2.6 Eventos subsequentes as DFs	37
2.7 Destinação de resultados	38
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	40
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	41
2.10 Planos de negócios	42
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	44
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	46
5.2 Descrição dos controles internos	54
5.3 Programa de integridade	57
5.4 Alterações significativas	65
5.5 Outras informações relevantes	66

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos diretores

2.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comentários dos diretores

Introdução

A discussão a seguir contém declarações sobre estimativas futuras que refletem nossas expectativas atuais que envolvem riscos e incertezas. Os resultados futuros e o calendário dos eventos podem diferir materialmente daqueles contidos nestas declarações sobre estimativas futuras devido a uma série de fatores, incluindo, sem limitações, os estabelecidos na seção 4 (Fatores de risco) e outros assuntos estabelecidos neste Formulário de Referência.

As informações financeiras contidas neste item 2.1 devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras individuais e consolidadas auditadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as práticas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB").

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos nossos Diretores. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos nossos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção de nossos Diretores sobre nossas atividades, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar nossas demonstrações financeiras para: (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à "Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços" ("Receita Líquida") para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do nosso balanço patrimonial.

a. Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Em 2022 a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 7.133 milhões comparativamente a R\$ 5.148 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.985 milhões ou +38,6%. Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse da inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, que nos permitiu impulsionar a capacidade de atendimento com a evolução da rentabilidade das operações das empresas nos últimos dois anos.

Em 2021 a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 5.184 milhões comparativamente a R\$ 3.387 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.761 milhões ou +52,0%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento de volume nossos clientes junto com a consolidação das companhias adquiridas – Transmoreno, Fadel, Rodomeu, TPC e Marvel.

Em 2020 a JSL reportou uma receita bruta total de R\$ 3.387 milhões comparativamente a R\$ 3.700 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$313 milhões ou -8,5%. Essa variação deve-se principalmente à redução de volume em função dos impactos da pandemia do novo Coronavírus. O setor automotivo foi o mais impactado, visto que as plantas das principais montadoras do país ficaram fechadas em abril de 2020, retomando suas atividades de maneira gradual a partir da segunda quinzena de maio.

Importante mencionar que a JSL possui uma grande flexibilidade de postergar a renovação de seus ativos, devido à baixa idade média da frota.

Vale ressaltar que os investimentos de expansão contribuem apenas parcialmente para a receita e a geração de caixa do ano em que é executado, pois depende do momento em que os novos contratos são fechados, tendo em vista que os mesmos possuem um período de implantação que varia na média de 90 a 120 dias (intervalo este, que

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

compreende gastos sem qualquer receita, distorcendo assim, as margens e os retornos da Companhia quando comparado a uma situação onde todos os volumes de contratos estão operando em capacidade plena).

Principais indicadores de liquidez e desempenho financeiro

A JSL S.A. ("Controladora" ou "Companhia") junto com suas controladas (em conjunto denominadas "Grupo") operam em dois segmentos de negócios: transporte rodoviário de cargas e logística ("JSL Logística") e tesouraria.

Abaixo são apresentadas as principais métricas financeira e de liquidez para avaliação do negócio da Companhia, as quais são revisadas regularmente pela administração:

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Patrimônio Líquido	1.412.613	1.329.851	1.065.146
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos de locação utilizados na prestação de serviços	6.022.405	4.295.978	2.826.797
Lucro Líquido do exercício proveniente de operações continuadas	194.182	272.548	40.971
EBITDA (i)	1.079.820	758.072	517.449
Margem EBITDA (ii)	17,93%	17,65%	18,31%
Dívida bruta ajustada (iii)	4.325.695	3.630.192	2.326.647
Dívida líquida ajustada (iv)	3.418.456	2.672.202	1.632.135
Caixa e equivalentes de caixa	475.625	152.951	64.575
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	397.597	802.044	574.650
Instrumentos financeiros derivativos	34.017	2.995	55.287
Alavancagem líquida (v)	3,17	3,52	3,15
Liquidez imediata (vi)	0,50	0,79	0,69
Liquidez corrente (vii)	1,37	2,19	2,01
Liquidez seca (viii)	1,16	1,85	1,25

(i) EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do período ou exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

(ii) A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

(iii) A "Dívida Bruta Ajustada" é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

(iv) A "Dívida Líquida Ajustada" é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como o total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídos as debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (floor plan).

(v) A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA de determinado período.

(vi) A "Liquidez imediata" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a soma do caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulantes), dividida pelo passivo circulante.

(vii) A "Liquidez corrente" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como a divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(viii) A "Liquidez seca" é um indicador elaborado pela Companhia e definido como soma do Caixa e equivalentes de caixa mais títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras (circulante) mais contas a receber (circulante), dividida pelo passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2022, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 4,3 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 3,4 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2022 perfazia R\$ 0,3 bilhão, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 2,6x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2021, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 3,6 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 2,7 bilhões. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2021 perfazia R\$ 0,1 bilhão, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 9,3x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, a Dívida Bruta Ajustada era de R\$ 2,1 bilhões, representando uma Dívida Líquida Ajustada de R\$ 1,4 bilhão. O endividamento de curto prazo da Companhia em 31 de dezembro de 2020 perfazia R\$ 0,2 bilhão, e desta forma o caixa disponível, equivalente a 2,7x da dívida de curto prazo. Vale ressaltar que os ativos da Companhia são compostos primordialmente por veículos leves e pesados, que, em geral, possuem um mercado secundário líquido.

A administração da Companhia entende que as condições financeiras e patrimoniais do Grupo são suficientes para implementar o seu plano de negócios e cumprir com suas obrigações de curto e médio prazo.

b. Estrutura de Capital

Nossa diretoria entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio no qual a Companhia atua, o qual tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

A Dívida Líquida Ajustada da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 era R\$ 3,4 bilhões, R\$ 2,7 bilhão e R\$ 1,6 bilhões, respectivamente, frente a um ativo imobilizado líquido de R\$ 4,3 bilhões, R\$ 3,0 bilhões e R\$ 1,8 bilhões, respectivamente. A relação do ativo imobilizado líquido por dívida líquida, nestes períodos, foi 1,3x, 1,1x e 1,1x, respectivamente. Vale destacar que a Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 efetuou investimentos brutos de R\$ 0,8 bilhões, R\$ 0,6 bilhões e R\$ 0,1 bilhões, respectivamente, compreendendo veículos leves e pesados, máquinas e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 17,1% de capital próprio e 82,9% de capital de terceiros, comparados a 18,7% de capital próprio e 81,3% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 18,7% de capital próprio e 81,3% de capital de terceiros, comparados a 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a estrutura de capital da Companhia era composta por 22% de capital próprio e 78% de capital de terceiros, comparados a 11,7% de capital próprio e 88,3 % de capital de terceiros em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhares de R\$, exceto índices)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Passivo circulante + Passivo não circulante (capital de terceiros)	6.829.519	5.792.396	3.773.610
Patrimônio líquido (capital próprio)	1.412.613	1.329.851	1.065.146
Total Patrimônio Líquido e Passivo circulante e Passivo não circulante	8.242.132	7.122.247	4.838.756
Parcela de capital de terceiros	82,9%	81,3%	78,0%
Parcela de capital próprio	17,1%	18,7%	22,0%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O capital de terceiros da Companhia é representado pela soma do passivo circulante mais passivo não circulante.

(Em milhares de R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Dívida bruta ajustada de curto prazo	332.879	102.772	234.832
Dívida bruta ajustada de longo prazo	3.992.816	3.527.420	2.091.815
Dívida Bruta Ajustada (i)	4.325.695	3.630.192	2.326.647

(i) A "Dívida Bruta Ajustada" é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

A diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis aceitáveis de alavancagem, especialmente considerando o perfil do negócio e a estratégia de crescimento adotada pela Companhia, que tem demandado investimentos em ativos que em geral possuem um mercado secundário líquido.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros

A Companhia apresentou posição de caixa e aplicações financeiras de R\$ 0,9 bilhão em 31 de dezembro de 2022, R\$ 1,0 bilhão em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 0,6 bilhão em 31 de dezembro de 2020. A dívida bruta ajustada de curto prazo da Companhia, definida como a soma de (i) risco sacado a pagar – montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes, subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante, era de R\$ 0,3 bilhão em 31 de dezembro de 2022, R\$ 0,1 bilhão em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 0,2 bilhão em 31 de dezembro de 2020.

A dívida de curto prazo é composta principalmente de financiamentos para aquisição de veículos, cujos fluxos de amortização são compatíveis com os prazos dos contratos e os valores residuais são quitados, em sua maioria, com recursos das vendas dos ativos.

Análise do caixa gerado ou utilizado pelas atividades operacionais e atividades de investimento

No exercício de 2022, a Companhia gerou caixa pelas atividades operacionais e utilizou caixa nas atividades de investimento de R\$ 755,3 milhões e R\$ 87,6 milhões, respectivamente. No exercício de 2021, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 264,4 milhões e R\$ 415,1 milhões, respectivamente. No exercício de 2020, a Companhia utilizou caixa pelas atividades operacionais e nas atividades de investimento de R\$ 1.331,7 milhões e R\$ 217,1 milhões, respectivamente. Em 2022, 2021 e 2020 a utilização do caixa concentrou-se principalmente em investimentos em ativos operacionais para locação no montante de R\$ 808,7 milhões em 2022, R\$ 573,3 milhões em 2021 e R\$ 3.276,8 bilhões em 2020, que está em linha com o plano de expansão das operações da Companhia.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta ajustada em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante de jan/23 até dez/23	332.879	7,70%
Total passivo não circulante	3.992.816	92,30%
2024	811.252	18,75%
2025	649.615	15,02%
2026	685.140	15,84%
2027	689.229	15,93%
2028	712.469	16,47%
2029 em diante	445.111	10,29%
Total	4.325.695	100,00%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta ajustada em 31 de dezembro de 2021:

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante de jan/2022 até dez/2022	102.772	2,83%
Total passivo não circulante	3.527.420	97,17%
2023	171.898	4,74%
2024	379.808	10,46%
2025	651.936	17,96%
2026	642.303	17,69%
2027	597.303	16,45%
2028	1.084.173	29,87%
Total	3.630.192	100,00%

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida bruta ajustada em 31 de dezembro de 2020:

Vencimento das parcelas	Valor Total	%
Total passivo circulante de jan/2021 até dez/2021	234.832	10,09%
Total passivo não circulante	2.091.814	89,91%
2022	205.535	8,83%
2023	563.042	24,20%
2024	459.001	19,73%
2025	864.237	37,15%
Total	2.326.647	100,00%

d. Fonte de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Nos três últimos exercícios sociais, as principais fontes de financiamento da Companhia foram: (i) fluxo de caixa gerado por suas atividades operacionais; e (ii) endividamento bancário de curto e longo prazos. Esses financiamentos são utilizados pela Companhia principalmente para cobrir custos, despesas e investimentos relacionados a: (i) operação de negócios, (ii) desembolso de capital, e (iii) exigências de pagamento de seu endividamento.

No Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Na data deste Formulário de Referência, a Diretoria não vislumbra necessidades de recursos que não possam ser suportadas com os recursos atuais ou futuros dos quais a Companhia pode dispor. Caso sejam necessários recursos adicionais para cobertura de deficiência de liquidez no curto prazo, a Companhia pretende captar recursos junto ao mercado de capitais brasileiro e/ou instituições financeiras.

No Formulário de Referência estão descritas as principais linhas de financiamentos contraídas pela Companhia e as características de cada uma.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas

O saldo referente a arrendamento por direito de uso em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 é de R\$ 413.039 mil, R\$ 314.955 mil e R\$ 209.374 mil, respectivamente.

O saldo referente a arrendamentos a pagar em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 84.997 mil a uma taxa de juros média de 13,65% a.a., em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 42.677 mil a uma taxa de juros média de 4,15% a.a., e em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 62.026 mil a uma taxa de juros média de 4,40% a.a. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2022 tem como último vencimento de parcela até dezembro de 2027.

O saldo referente a Risco sacado a pagar - montadoras em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 2.043 mil. Em 31 de dezembro de 2021 e 2022 não havia saldo de Risco Sacado a pagar – montadoras.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os Diretores da Companhia esclarecem que, em regra, para a aquisição de veículos pesados, máquinas e equipamentos, a Companhia utiliza: (i) FINAME e captações de bancos comerciais e títulos de renda fixa nos mercados doméstico e internacional, em 31 de dezembro de 2022 representava R\$ 491.849 a 13,52% IPCA/SELIC/PRÉ FIXADOS com vencimento até dez/2027, em 31 de dezembro de 2021 não contratamos dívida na modalidade FINAME, e em 31 de dezembro de 2020 representava R\$ 52.101 mil a 2,83 % a.a. pré-fixados com vencimento até jan/2024; (ii) para a aquisição de parte dos veículos leves, os diretores esclarecem que utilizamos o Leasing, e em 31 de dezembro de 2022 representava R\$ 84.997 mil a uma taxa de juros média de 13,65% a.a. com vencimento até dez/2027; em 31 de dezembro de 2021 representava R\$ 42.677 mil a uma taxa média de juros de 4,15% a.a. com vencimento até dez/2024 em 31 de dezembro de 2020 representava R\$ 62.026 mil a uma taxa de juros média de 4,40 % a.a. indexados à taxa CDI, e pré-fixado, e com último vencimento até dez/2024.

Ademais, os Diretores da Companhia informam abaixo as principais características dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes, em vigor em 31 de dezembro de 2022:

1. Em 20 de março de 2017 os contratos referentes a 7ª e 9ª emissão de debêntures foram repactuados, tornando-se a 10ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A no valor de R\$ 352.000 mil. O vencimento ocorrerá em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 158.239 mil e R\$ 155.518, respectivamente.
2. Contrato referente à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, em série única, de espécie quirografária, com garantia fidejussória com a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A em 20 de junho de 2017, no valor de R\$ 400.000 mil e vencimento em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 417.551 e R\$ 406.780, respectivamente.
3. Contrato referente à 12ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia fluante e garantia fidejussória, em série única, escriturada com a Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado pela controlada JSL S/A em 20 de dezembro de 2018, no valor de R\$ 600.000 mil e vencimento em 20/09/2028. A remuneração é de 100% DI + spread de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 589.484 e R\$ 579.910, respectivamente.
4. Contrato referente à 15ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, sob o regime de misto de garantia firme e melhores esforços de colocação da controlada JSL com a Vortex Distribuidora De Títulos E Valores Mobiliários Ltda. como agente Fiduciário, assinado em 08 de outubro de 2021, no valor de R\$ 700.000 mil e vencimento em 20 de outubro 2028. A remuneração é de 100% DI + limite de 2,70% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 721.360 mil e 711.581 mil, respectivamente.
5. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 14 de agosto de 2019. A quantidade emitida foi de 470.895 mil CRA IV, sendo (i) R\$ 108.210 mil primeira série; e, (ii) 362.685, segunda série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 470.895 mil. O vencimento para o CRA 1ª série e 2ª série ocorrerá em 17/11/2025. A remuneração é DI+ 0,70% a.a. para o CRA 1ª e, IPCA+3,55% a.a. para o CRA 2ª. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 559.791, respectivamente.
6. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 18 de maio de 2020. A quantidade emitida foi de 400.000 (quatrocentos mil) CRA em única série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 400.000 mil. O vencimento para o CRA em 15/05/2025. A remuneração é IPCA + 6,09% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 485.165 mil.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

7. Certificado de Recebíveis do Agronegócio com a Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A como emissora, e, Pentágono S.A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários como Agente Fiduciário, emitido pela controlada JSL S/A em 11 de maio de 2021. A quantidade emitida foi de 500.000 (quinhentos mil) CRA em única série. O valor nominal unitário dos CRA foi de R\$1.000,00 (mil reais), na data de emissão dos CRA. O valor total ficou em R\$ 500.000 mil. O vencimento para o CRA em 15/05/2031. A remuneração é IPCA + 5,17% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 570.099 mil.
8. Cédula de Crédito Bancário – Finame Direto com o BNDES da JSL S/A., assinado em 25 de setembro de 2020 no valor de R\$ 200.000 mil e vencimento em 15/06/2025, sendo o primeiro saque realizado em 29/08/2022. A remuneração é de IPCA + spread de 3,47%a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 61.844 e R\$ 0,00 mil, respectivamente.
9. Cédula de Crédito Bancário – Finame Direto com o BNDES da Transportes Marvel S/A., assinado em 08 de agosto de 2022 no valor de R\$ 200.000 mil e vencimento em 15/09/2027, sendo que o saque realizado em 27/10/2022. A remuneração é de IPCA + spread de 7,47%a.a. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 201.041.
10. Cédula de Crédito Bancário – Finame Direto com o BNDES da Fadel Transportes e Logística LTDA., assinado em 20 de maio de 2022 no valor de R\$ 125.000 mil e vencimento em 15/07/2027, sendo que o primeiro saque realizado em 09/09/2022. A remuneração é de IPCA + spread de 7,22%a.a. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 20.309.
11. Contrato referente à Cédula de Crédito Bancário com o Banco CEF da Marvel, assinado em 27 de setembro de 2021, no valor de R\$ 9.900 mil e R\$ 15.000 mil, vencimento ambas em 15/10/2024. A remuneração é de 100% DI + spread 1,94%a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 25.027 e R\$ 18.378 mil, respectivamente.
12. Cédula de Crédito Bancário (Resolução 4131) com o Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch da Fadel Transportes e Logística LTDA., assinado em 11 de outubro de 2021 no valor de R\$ 90.000 mil e vencimento em 08/10/2026. A remuneração é de 126,60% a.a. do DI. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 91.883 e R\$ 92.657 mil, respectivamente.
13. Cédula de Crédito Bancário (Resolução 4131) com o Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch da Transportes Marvel Ltda., assinado em 05 de agosto de 2021 no valor de R\$ 150.000 mil e vencimento em 12/08/2024. A remuneração é de DI+ 2,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 155.262 e R\$ 158.446 mil, respectivamente.
14. Cédula de Crédito Bancário (Resolução 4131) com o Banco Santander (Brasil) S.A., Luxembourg Branch da Pronto Express Logística S.A., assinado em 05 de agosto de 2021 no valor de R\$ 25.000 mil e vencimento em 12/08/2024. A remuneração é de DI+ 2,50% a.a. Em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 25.891 e R\$ 26.547 mil, respectivamente.
15. Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro Internacional com Banco Mercedes Bez do Brasil S/A como arrendamento e Fadel Logistics South África. como arrendatária, assinado em 1 de dezembro de 2022, com data de vencimento em 02/12/2027 e valor de 56.100 mil. ZAR Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 28.642 mil.
16. Contrato de Arrendamento Mercantil Financeiro Internacional com Scania Banco S/A. como arrendamento e Fadel Logistics South África. como arrendatária, assinado em 31 de dezembro de 2021, com data de vencimento em 20/12/2026 e valor de 61.410 mil. ZAR Em 31 de dezembro de 2022, o saldo devedor em aberto desse contrato era de R\$ 38.056 mil e R\$ 18.953 respectivamente.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os Diretores da Companhia informam que 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

Os Diretores da Companhia esclarecem ainda que as atuais relações de longo prazo com instituições financeiras têm suprido adequadamente as necessidades de financiamento na expansão do negócio da Companhia. A exceção a este fato são as emissões de debêntures realizadas pela Companhia e descritas neste Formulário de Referência com o intuito de refinar o capital de giro, dentro da Gestão ordinária de seus negócios. Para o futuro, possíveis relações com instituições financeiras poderão ser desenvolvidas em linha com as estratégias da Companhia.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas quirografárias da Companhia. As dívidas que são garantidas com garantia real contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei. Para informações sobre a natureza e prazo de vencimento das dívidas da Companhia..

iv. eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Os Diretores da Companhia esclarecem que alguns financiamentos corporativos estão sujeitos a cláusulas restritivas que, quando não atendidas, determinam a antecipação do vencimento das obrigações, quais as principais sejam:

1. A 10ª, 11ª, 12ª e 15ª Debêntures emitidas pela JSL S.A possuem o seguinte *covenant* financeiro a ser observado pela Companhia:

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA-A ⁽²⁾ EBITDA-A ⁽²⁾ / despesa financeira líquida ⁽³⁾	Igual ou menor que 3,5 Igual ou maior que 2

⁽¹⁾ Dívida Financeira Líquida significa o saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídas as Debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida subtraídos os valores em caixa e em aplicações financeiras de curto prazo, entendidas como as aplicações financeiras que possuam liquidez diária em até 360 (trezentos e sessenta) dias.

⁽²⁾ EBITDA-A significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços.

⁽³⁾ despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

2. As emissões dos CRAs da Companhia estão sujeitas às seguintes cláusulas restritivas:

Restrição	Limites
Dívida financeira líquida ⁽¹⁾ / EBITDA-A ⁽²⁾ EBITDA-A ⁽²⁾ / despesa financeira líquida ⁽³⁾	Igual ou menor que 3,5 Igual ou maior que 2

⁽¹⁾ Dívida Financeira Líquida significa saldo total dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo da Emissora, incluídos as debêntures e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários representativos de dívida, os resultados, negativos e/ou positivos, das operações de proteção patrimonial (hedge) e subtraídos: (a) os valores em caixa e em aplicações financeiras; e (b) os financiamentos contraídos em razão do programa de financiamento de estoque de veículos novos e usados, nacionais e importados e peças automotivas, com concessão de crédito rotativo cedido pelas instituições financeiras ligadas às montadoras (floor plan).

⁽²⁾ EBITDA-A significa o lucro antes do resultado financeiro, tributos, depreciações, amortizações, imparidade dos ativos e equivalências patrimoniais, acrescido do custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços.

⁽³⁾ despesas financeiras líquidas para fins de *covenants*: significa os encargos da dívida acrescidos das variações

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

monetárias, deduzidas as rendas de aplicações financeiras, todos estes relativos aos itens descritos na definição de Dívida Líquida acima, calculados pelo regime de competência de 12 meses.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 05 de dezembro de 2022, a JSL S.A. efetuou uma captação por meio do Finame Direto, junto ao BNDES, no valor de R\$ 450.000.000,00 milhões, com prazo para saque de até 24 meses após a assinatura do contrato, que serão utilizados para estratégia de capital de giro.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas, assim como as informações contábeis intermediárias consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Comparação dos resultados encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	2022 x 2021
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	6.022,4	100,0%	4.295,9	100,0%	1.726,4
(-) Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(4.815,9)	-80,0%	(3.571,3)	-83,1%	(1.244,6)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(165,4)	-2,7%	(64,0)	-1,5%	(101,4)
(=) Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(4.981,4)	82,7%	(3.635,3)	-84,6%	(1.346,0)
(=) Lucro bruto	1.041,0	17,3%	660,6	15,4%	380,4
Despesas comerciais	(27,1)	-0,4%	(19,4)	-0,5%	(7,7)
Despesas administrativas	(319,5)	-5,3%	(274,9)	-6,4%	(44,5)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(14,2)	-0,2%	(3,5)	-0,1%	(10,7)
Outras receitas operacionais, líquidas	88,6	1,5%	161,1	3,8%	(72,6)
Resultado de equivalência patrimonial	-	0,0%	0,0	0,0%	-
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	768,8	12,8%	523,9	12,2%	244,9
Receitas financeiras	88,3	1,5%	45,8	1,1%	42,5
Despesas financeiras	(690,8)	-11,5%	(247,2)	-5,8%	(443,5)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	166,4	2,8%	322,5	7,5%	(156,1)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(36,6)	-0,6%	(49,3)	-1,2%	12,8
Imposto de renda e contribuição social - diferido	64,4	1,1%	(0,6)	-0,0%	65,0
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	27,8	0,5%	(49,9)	-1,2%	77,8
(=) Lucro líquido do exercício	194,2	3,2%	272,5	6,3%	(78,4)
(=) Lucro básico por ação (em R\$)	0,9114		1,2695		(0,3581)
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	0,9114		1,2695		(0,3581)

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 6.022,4 milhões comparativamente a R\$ 4.295,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.726,4 milhão ou +40,2%. Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse da inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, que nos permitiu impulsionar a capacidade de atendimento com a evolução da rentabilidade das operações das empresas adquiridas nos últimos dois anos.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de 1.041,0 bilhões comparativamente a R\$ 660,7 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 380,4 milhões ou +57,6%. Essa

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

variação foi principalmente em razão do aumento da receita líquida. A margem bruta foi de 17,3% e 15,4% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021, respectivamente, devido principalmente às ações para manutenção de margens e aumentos dos retornos de nossos contratos, incluindo realocação de estoque, sinergias operacionais entre operações, e consolidação de armazéns com foco em maiores taxas de ocupação.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ -14,2 milhões comparativamente a R\$ -3,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ 10,7 milhões ou +304,9%.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 88,4 milhões comparativamente a R\$ 45,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 42,5 milhões ou 92,7%.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram de R\$ 690,8 milhões comparativamente a R\$ 247,3 milhões no mesmo período de 2021, o que representou um aumento de R\$ 443,5 milhões ou 179,4%, como consequência da elevação da taxa CDI, pelo aumento do volume de dívida líquida média dos períodos e pelo impacto do CDI na correção do saldo a pagar das aquisições de empresas.

Imposto de renda de contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é composta por um crédito de R\$ 27,8 milhões comparativamente a uma despesa de R\$ -50,0 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 77,7 milhões. Essa variação se deu principalmente em função do impacto de juros sobre capital próprio recebidos e por benefícios fiscais não tributáveis relacionados ao ICMS no exercício de 2022.

Lucro líquido do período

O lucro líquido no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 194,2 milhões comparativamente a R\$ 272,5 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação de R\$ -78,4 milhões ou -28,8%. Essa variação se deu principalmente em função do aumento da taxa de juros que impactou negativamente nossa Despesa Financeira.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comparação dos resultados encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 x 2020
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	4.295,9	100,00%	2.826,8	100,0%	1.469,1
(-) Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(3.571,3)	-83,1%	(2.358,4)	-83,4%	(1.212,9)
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(63.991)	-1,5%	(166,8)	-5,9%	102,8
(=) Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(3.635,3)	-84,6%	(2.525,1)	-89,3%	(1.110,2)
(=) Lucro bruto	660,6	15,38%	301,7	10,7%	359,0
Despesas comerciais	(19,4)	-0,45%	(17,7)	-0,6%	(1,7)
Despesas administrativas	(274,9)	-6,40%	(130,7)	-4,6%	(144,2)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(3,5)	-0,08%	(8,6)	-0,3%	5,0
Outras receitas operacionais, líquidas	161,1	3,75%	50,7	1,8%	110,4
Resultado de equivalência patrimonial	0,0	0,00%	0,0	0,0%	-
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	523,9	12,2%	195,4	6,9%	328,5
Receitas financeiras	45,8	1,07%	29,6	1,0%	16,2
Despesas financeiras	(247,2)	-5,8%	(214,4)	-7,6%	(32,9)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	322,5	7,5%	10,7	0,4%	311,8
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(49,3)	-1,2%	(6,9)	-0,2%	(42,4)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(0,6)	-0,01%	37,2	1,3%	(37,8)
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	(49,9)	-1,2%	30,3	1,1%	(80,3)
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	272,5	6,3%	41,0	1,4%	231,6
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	-	0,0%	90,35	3,2%	-90,3
(=) Lucro líquido do exercício	272,5	6,3%	131,32	4,6%	141,2
(=) Lucro básico por ação (em R\$)	1,2695		0,8521		0,4174
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	1,2695		0,8521		0,4174

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.295,9 milhões comparativamente a R\$ 2.826,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.469,2 milhão ou +52,0%%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento de volume nos nossos clientes junto à consolidação das Companhias adquiridas ao longo de 2020 e 2021 – Transmoreno, Fadel, TPC, Rodomeu e Marvel.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de 660,7 milhões comparativamente a R\$ 301,7 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 359 milhões ou +119%. Essa variação foi principalmente em razão do aumento da receita líquida. A margem bruta foi de 15,4% e 10,7% nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente, devido principalmente à otimização de nossos processos, diminuição de custos e nossa capacidade de negociação com fornecedores e clientes combinada à aquisição de negócios que contribuíram ao retorno consolidado da JSL.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ -3,5 milhões comparativamente a R\$ -8,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$5,0 milhões ou +58,9%.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 45,9 milhões comparativamente a R\$ 29,6 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 16,2 milhões ou 54,7%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$ 247,3 milhões comparativamente a R\$ 214,4 milhões no mesmo período de 2020, o que representou um aumento de R\$ 32,9 milhões ou 15,3%, como consequência da elevação da taxa CDI, pelo aumento do volume de dívida líquida média dos períodos e pelo impacto do CDI na correção do saldo a pagar das aquisições de empresas.

Imposto de renda de contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi uma despesa de R\$ 50,0 milhões comparativamente a um crédito de R\$ 30,3 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação negativa de R\$80,3 milhões. Essa variação se deu principalmente em função da maior rentabilidade apurada no exercício de 2021.

Lucro líquido do período

O lucro líquido no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 272,5 milhões comparativamente a R\$ 41,0 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação de R\$ 231,6 milhões ou 565,2%. Essa variação se deu principalmente em função de melhor rentabilidade operacional, combinada à consolidação das empresas adquiridas ao longo do ano e ao reconhecimento dos créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre a base de cálculo do ICMS.

Comparação dos resultados encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 x 2019
Receita líquida de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	2.826,8	100,0%	3.102,0	100,0%	(275,2)
(-) Custo de prestação de serviços logísticos e locação de veículos, máquinas e equipamentos	(2.358,4)	-83,4%	(2.528,0)	-81,5%	169,6
(-) Custo de venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(166,8)	-5,9%	(161,3)	-5,2%	(5,5)
(=) Total do custo de prestação de serviços logísticos, locação de veículos, máquinas e equipamentos e venda de ativos desmobilizados utilizados na prestação de serviços	(2.525,1)	-89,3%	(2.689,2)	-86,7%	164,1
(=) Lucro bruto	301,7	10,7%	412,8	13,3%	(111,1)
Despesas comerciais	(17,7)	-0,6%	(17,9)	-0,6%	0,1
Despesas administrativas	(130,7)	-4,6%	(114,4)	-3,7%	(16,3)
(Provisão) reversão de perdas esperadas ("impairment") de contas a receber	(8,6)	-0,3%	2,9	0,1%	(11,5)
Outras receitas operacionais, líquidas	50,7	1,8%	0,5	0,0%	50,2
Resultado de equivalência patrimonial	0,0	0,0%	0,0	0,0%	0,0
(=) Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos	195,4	6,9%	284,0	9,2%	(88,6)
Receitas financeiras	29,6	1,0%	72,6	2,3%	(43,0)
Despesas financeiras	(214,4)	-7,6%	(341,1)	-11,0%	126,7
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	10,7	0,4%	15,5	0,5%	(4,9)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(6,9)	-0,2%	2,1	0,1%	(9,0)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	37,2	1,3%	10,6	0,3%	26,6
(=) Total do imposto de renda e da contribuição social	30,3	1,1%	12,7	0,4%	17,6
(=) Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	41,0	1,4%	28,2	0,9%	12,7
Operações descontinuadas					
Lucro das operações descontinuadas, líquido de impostos	90,35	3,2%	290,4	9,4%	(200,0)
(=) Lucro líquido do exercício	131,32	4,6%	318,6	10,3%	(187,3)
(=) Lucro básico por ação (em R\$)	0,8521		1,0970		(0,2449)
(=) Lucro diluído por ação (em R\$)	0,8521		1,0710		(0,2189)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receita líquida

A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.826,8 milhões comparativamente a R\$ 3.102,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$275,2 milhões ou -8,9%. Essa variação deve-se principalmente à redução de volume em função dos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Lucro bruto

O lucro bruto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 301,7 milhões comparativamente a R\$ 412,8 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$111,1 milhões ou -26,9%. Essa variação foi principalmente em razão da redução da receita líquida e pelo aumento de R\$ 5,5 milhões no Custo de venda de ativos desmobilizados, decorrente dos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber

As Perdas esperadas ("impairment") de contas a receber no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ -8,6 milhões comparativamente a R\$ -2,9 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$11,5 milhões ou -393,3%. Este aumento foi principalmente aos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 29,6 milhões comparativamente a R\$ 72,6 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 43,0 milhões ou 59,2%.

Despesas financeiras

As despesas financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram de R\$ 214,4 milhões comparativamente a R\$ 341,1 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma redução de R\$ 126,7 milhões ou 37,1%, a redução é decorrente a cisão do acervo líquido decorrente da reestruturação societária.

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 30,3 milhões comparativamente a R\$ 12,7 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$17,6 milhões. Essa variação se deu principalmente em função do acervo líquido após a reestruturação societária.

Lucro líquido do período

O lucro líquido no período no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 41,0 milhões comparativamente a R\$ 28,2 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação de R\$ 12,7 milhões ou 45,1%. Essa variação se deu principalmente em função do acervo líquido após a reestruturação societária.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DISCUSSÃO E ANÁLISE DO BALANÇO PATRIMONIAL

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021

Balanço Patrimonial (Em milhares de R\$)	31/12/2022	AV	31/12/2021	AV	2022 X 2021
ATIVO	8.242.132	100,0%	7.122.247	100,0%	1.119.885
Circulante	2.406.151	29,2%	2.654.515	37,3%	(248.364)
Caixa e equivalentes de caixa	475.625	5,8%	152.951	2,2%	322.674
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	397.586	4,8%	801.475	11,3%	(403.889)
Instrumentos financeiros derivativos	86	0,0%	147	0,0%	(61)
Contas a receber	1.159.908	14,1%	1.282.599	18,0%	(122.691)
Estoques	57.642	0,7%	55.882	0,8%	1.760
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	81.656	1,0%	47.030	0,7%	34.626
Tributos a recuperar	130.567	1,6%	232.301	3,3%	(101.734)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	48.704	0,6%	30.885	0,4%	17.819
Despesas antecipadas	25.418	0,3%	20.408	0,3%	5.010
Adiantamentos a terceiros	18.193	0,2%	16.291	0,2%	1.902
Outros créditos	10.766	0,1%	14.546	0,2%	(3.780)
Não circulante	5.835.981	70,8%	4.467.732	62,7%	1.368.249
Realizável a Longo Prazo	616.526	7,5%	608.573	8,5%	7.953
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	11	0,0%	569	0,0%	(558)
Instrumentos financeiros derivativos	63.609	0,8%	2.848	0,0%	60.761
Contas a receber	20.096	0,2%	14.331	0,2%	5.765
Tributos a recuperar	130.476	1,6%	135.296	1,9%	(4.820)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.001	0,1%	56.141	0,8%	(49.140)
Depósitos judiciais	57.200	0,7%	76.579	1,1%	(19.379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	91.770	1,1%	35.581	0,5%	56.189
Ativo de indenização por combinação de negócios	220.838	2,7%	272.692	3,8%	(51.854)
Outros créditos	25.525	0,3%	14.536	0,2%	10.989
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-
Imobilizado	4.347.774	52,8%	3.013.419	42,3%	1.334.355
Intangível	871.681	10,6%	845.740	11,9%	25.941
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.242.132	100,0%	7.122.247	100,0%	1.119.885
Circulante	1.758.397	21,3%	1.211.772	17,01%	546.625
Fornecedores	642.263	7,8%	374.115	5,3%	268.148
Empréstimos e financiamentos	256.974	3,1%	41.545	0,6%	215.429
Debêntures	66.026	0,8%	32.723	0,5%	33.303
Arrendamentos a pagar	9.879	0,1%	28.504	0,4%	(18.625)
Arrendamentos por direito de uso	78.812	1,0%	68.369	0,9%	10.443
Obrigações sociais e trabalhistas	329.396	4,0%	246.062	3,5%	83.334
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.325	0,1%	20.292	0,3%	(14.967)
Tributos a recolher	126.210	1,5%	102.095	1,4%	24.115
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	57.575	0,7%	64.310	0,9%	(6.735)
Adiantamentos de clientes	20.179	0,2%	8.648	0,1%	11.531
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	83.432	1,0%	144.902	2,0%	(61.470)
Outras contas a pagar	82.326	1,0%	80.207	1,1%	2.119
Não circulante	5.071.122	61,5%	4.580.624	64,3%	490.498
Empréstimos e financiamentos	2.121.613	25,7%	1.724.062	24,2%	397.551
Debêntures	1.796.085	21,8%	1.789.185	25,1%	6.900
Arrendamentos a pagar	75.118	0,9%	14.173	0,2%	60.945
Arrendamentos por direito de uso	334.227	4,1%	246.586	3,5%	87.641
Instrumentos financeiros derivativos	29.678	0,4%	-	-	29.678
Tributos a recolher	31.288	0,4%	24.831	0,4%	6.457
Provisão para demandas judiciais e administrativas	272.969	3,3%	329.742	4,6%	(56.773)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	121.678	1,5%	116.906	1,6%	4.772
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	278.585	3,4%	324.164	4,6%	(45.579)
Partes relacionadas	1.816	0,0%	1.619	0,0%	197
Outras contas a pagar	8.065	0,1%	9.356	0,1%	(1.291)
Patrimônio líquido	1.412.613	17,1%	1.329.851	18,7%	82.762

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R\$ 2.406.151 mil em comparação com R\$ 2.654.515 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 29,2% em 31 de dezembro de 2022 e 37,3% em 31 de dezembro de 2021. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 475.625 mil e R\$ 397.586 mil, respectivamente e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 os saldos foram de R\$ 152.951 mil e R\$ 801.475 mil. Essa diminuição está atrelada ao crescimento da companhia e seus investimentos em ativos e nas aquisições realizadas. .

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$ 1.159.908 mil e R\$ 1.282.599 em 31 de dezembro de 2021. Esta redução de R\$ 122.691 mil está relacionada principalmente com o recebimento antecipado de algumas faturas no final do exercício.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$ 57.642 mil e R\$ 55.882 em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 1.760 mil decorreu principalmente pelo aumento de nossas operações que demandaram um volume maior de equipamentos de nossos estoques.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou aumento de R\$ 34.626 mil ou 74%, apresentando um saldo de R\$ 81.656 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 47.030 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu principalmente pelo nosso plano anual de renovação de frota que consiste na aquisição de veículos modernos e na venda da nossa frota que não se encontra mais em uso.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R\$ 5.835.981 mil em comparação com R\$ 4.467.732 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 70,8 % em 31 de dezembro de 2022 e 62,7 % em 31 de dezembro de 2021. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$ 4.347.774 mil e R\$ 3.013.419 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 1.334.355 mil em virtude das oportunidades de novos contratos desenvolvidos com nossos clientes, que sustentarão o crescimento futuro da receita.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$ 871.681 mil e R\$ 845.740 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 25.941 mil decorreu principalmente do software relacionado a aquisição da TruckPad durante o exercício de 2022.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022 o passivo circulante era de R\$ 1.758.397 mil em comparação com R\$ 1.211.772 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante representava 21,3% em 31 de dezembro de 2022 e 17,0% em 31 de dezembro de 2021. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 256.974 mil em comparação com R\$ 41.545 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento se deve principalmente a: (i) reclassificação da parcela do não circulante para o circulante decorrente do cronograma de amortização da dívida para os próximos 12 meses.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 66.026 mil em comparação com R\$ 32.723 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento se deve principalmente a: (i) reclassificação da parcela do não circulante para o circulante decorrente do cronograma de amortização da dívida para os próximos 12 meses.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022 o passivo não circulante era de R\$ 5.071.122 mil em comparação com R\$ 4.580.624 mil em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 61,5 % em 31 de dezembro de 2022 e 64,3 % em 31 de dezembro de 2021. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" no Passivo Não Circulante apresentou saldo de R\$ 2.121.613 mil em comparação com R\$ 1.724.062 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento se deve principalmente a: (i) Emissão de novos empréstimos pelo montante de R\$ 611.082 mil, (ii) Empréstimos vindos por aquisição de empresas no montante de R\$ 3.953 mil, (iii) As amortizações totalizaram R\$ 43.660 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 20.000 mil relacionadas a amortização de Crédito Internacional, (iv) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 154.975 mil, juros apropriados pelo montante de R\$ 241.168 mil e variação cambial pelo montante de R\$ 374 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica de "Debêntures" no Passivo Não Circulante apresentou saldo de R\$ 1.796.085 mil em comparação com R\$ 1.789.185 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento está relacionado aos seguintes eventos: (i) Os juros pagos totalizaram R\$ 235.240 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 93.787 mil da 15ª emissão da Companhia e (ii) As demais variações se referem a juros apropriados pelo montante de R\$ 275.443 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido é de R\$ 1.412.613 mil em comparação com R\$ 1.329.851 mil em 31 de dezembro de 2021. Este aumento de R\$ 82.762 mil, decorreu substancialmente de: (i) lucro apurado no exercício de R\$ 194.182 mil onde parte foi destinado para as Reservas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020

Balanco Patrimonial (Em milhares de R\$)	31/12/2021	AV	31/12/2020	AV	2021 X 2020
ATIVO	7.122.247	100,0%	4.838.756	100,0%	2.283.491
Circulante	2.654.515	37,3%	1.900.423	39,3%	754.092
Caixa e equivalentes de caixa	152.951	2,2%	64.575	1,3%	88.376
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	801.475	11,3%	573.867	11,9%	227.608
Instrumentos financeiros derivativos	147	0,0%	14.167	0,3%	(14.020)
Contas a receber	1.282.599	18,0%	856.563	17,7%	426.036
Estoques	55.882	0,8%	44.852	0,9%	11.030
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	47.030	0,7%	30.511	0,6%	16.519
Tributos a recuperar	232.301	3,3%	101.319	2,1%	130.982
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	30.885	0,4%	158.746	3,3%	(127.861)
Despesas antecipadas	20.408	0,3%	14.759	0,3%	5.649
Adiantamentos a terceiros	16.291	0,2%	28.713	0,6%	(12.422)
Outros créditos	14.546	0,2%	12.351	0,3%	2.195
Não circulante	4.467.732	62,7%	2.938.333	60,7%	1.529.399
Realizável a Longo Prazo	608.573	8,5%	370.175	7,7%	238.398
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	569	0,0%	783	0,0%	(214)
Instrumentos financeiros derivativos	2.848	0,0%	41.120	0,8%	(38.272)
Contas a receber	14.331	0,2%	13.791	0,3%	540
Tributos a recuperar	135.296	1,9%	55.410	1,1%	79.886
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	56.141	0,8%	59.873	1,2%	(3.732)
Depósitos judiciais	76.579	1,1%	48.591	1,0%	27.988
Imposto de renda e contribuição social diferidos	35.581	0,5%	37.335	0,8%	(1.754)
Partes relacionadas	-	0,0%	1.534	0,0%	(1.534)
Ativo de indenização por combinação de negócios	272.692	3,8%	103.783	2,1%	168.909
Outros créditos	14.536	0,2%	7.955	0,2%	6.581
Investimentos	-	0,0%	-	0,0%	-
Imobilizado	3.013.419	42,3%	1.811.704	37,4%	1.201.715
Intangível	845.740	11,9%	756.454	15,6%	89.286
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.122.247	100,0%	4.838.756	100,0%	2.283.491
Circulante	1.211.772	17,01%	945.637	19,5%	266.135
Fornecedores	374.115	5,3%	139.361	2,9%	234.754
Floor plan	-	0,0%	-	0,0%	-
Risco sacado a pagar - montadoras	-	0,0%	2.043	0,0%	(2.043)
Empréstimos e financiamentos	41.545	0,6%	60.028	1,2%	(18.483)
Debêntures	32.723	0,5%	154.602	3,2%	(121.879)
Arrendamentos a pagar	28.504	0,4%	18.159	0,4%	10.345
Arrendamentos por direito de uso	68.369	0,9%	34.772	0,7%	33.597
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	-	0,0%	-
Obrigações sociais e trabalhistas	246.062	3,5%	151.536	3,1%	94.526
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20.292	0,3%	5.941	0,1%	14.351
Tributos a recolher	102.095	1,4%	50.109	1,0%	51.986
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	64.310	0,9%	32.865	0,7%	31.445
Adiantamentos de clientes	8.648	0,1%	18.673	0,4%	(10.025)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	144.902	2,0%	150.666	3,1%	(5.764)
Partes relacionadas	-	-	62.365	1,3%	(62.365)
Outras contas a pagar	80.207	1,1%	64.517	1,3%	15.690
Não circulante	4.580.624	64,3%	2.827.973	58,4%	1.752.651
Empréstimos e financiamentos	1.724.062	24,2%	951.158	19,7%	772.904
Debêntures	1.789.185	25,1%	1.096.790	22,7%	692.395
Arrendamentos a pagar	14.173	0,2%	43.867	0,9%	(29.694)
Arrendamentos por direito de uso	246.586	3,5%	174.602	3,6%	71.984
Cessão de direitos creditórios	0	0,0%	-	0,0%	-
Tributos a recolher	24.831	0,4%	15.803	0,3%	9.028
Provisão para demandas judiciais e administrativas	329.742	4,6%	165.737	3,4%	164.005
Imposto de renda e contribuição social diferidos	116.906	1,6%	92.556	1,9%	24.350
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	324.164	4,6%	280.539	5,8%	43.625
Partes relacionadas	1.619	0,0%	1.534	0,0%	85
Outras contas a pagar	9.356	0,1%	5.387	0,1%	3.969
Patrimônio líquido	1.329.851	18,7%	1.065.146	22,0%	264.705

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R\$ 2.654.515 mil em comparação com R\$ 1.900.423 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 37,3% em 31 de dezembro de 2021 e 39,3 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2021, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 152.951 mil e R\$ 801.475 mil, respectivamente e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 os saldos foram de R\$ 64.575 mil e de R\$ 573.867 mil. Este aumento decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$ 1.282.599 mil e R\$ 856.563 em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 426.036 mil decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel - em conjunto ao aumento no volume de operações com nossos clientes.

Estoques

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$ 55.882 mil e R\$ 44.852 em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 11.030 mil decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou aumento de R\$ 16.519 mil ou 54%, apresentando um saldo de R\$ 47.030 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 30.511 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu principalmente pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de R\$ 4.467.732 mil em comparação com R\$ 2.938.333 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante representava 62,7 % em 31 de dezembro de 2021 e 60,7 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$ 3.013.419 mil e R\$ 1.811.704 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 1.529.399 mil decorreu principalmente da expansão das operações da Fadel e pelas aquisições de empresas realizadas ao longo do ano – TPC, Rodomeu e Marvel.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$ 845.740 mil e R\$ 756.454 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 89.286 mil decorreu principalmente da aquisição de empresas.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo circulante era de R\$ 1.211.772 mil em comparação com R\$ 945.637 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 17,0 % em 31 de dezembro de 2021 e 19,5% em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 41.545 mil em comparação com R\$ 60.028 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução se deve principalmente a: (i) amortização de empréstimos e financiamentos no período de 12 meses.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 32.723 mil em comparação com R\$ 154.602 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta redução se deve principalmente a: (i) amortização de debêntures no período de 12 meses.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021 o passivo não circulante era de R\$ 4.580.624 mil em comparação com R\$ 2.827.973 mil em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 64,3% em 31 de dezembro de 2021 e 58,4 % em 31 de dezembro de 2020. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 1.724.062 mil em comparação com R\$ 951.158 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento se deve principalmente a: (i) Emissão de novos empréstimos pelo montante de R\$ 848.355 mil, (ii) Empréstimos vindos por aquisição de empresas no montante de R\$ 295.669, (iii) As amortizações totalizaram R\$ 392.824 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 252.780 mil relacionadas a amortização de CCB, (iv) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 84.406 mil e juros apropriados de R\$ 228.797 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 1.789.185 mil em comparação com R\$ 1.096.790 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento se deve principalmente a: (i) Emissão da 15ª Debêntures pelo montante de R\$ 694.608 mil (ii) As amortizações totalizaram R\$ 151.117 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 75.617 mil da 8ª emissão da Companhia e (iii) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 55.529 mil e juros apropriados de R\$ 82.555 mil.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021 o patrimônio líquido é de R\$ 1.329.851 mil em comparação com R\$ 1.065.146 mil em 31 de dezembro de 2020. Este aumento de R\$ 264.705 mil, decorreu substancialmente de: (i) Aumento de capital decorrente da emissão de novas ações no montante de R\$ 39.458 e (ii) pelo lucro apurado no exercício de R\$ 270.782 mil onde parte foi destinado para as Reservas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comparação das principais contas patrimoniais consolidadas em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019

Balanco Patrimonial (Em milhares de R\$)	31/12/2020	AV	31/12/2019	AV	2020 X 2019
ATIVO	4.838.756	100,0%	20.268.234	100,0%	(15.429.478)
Circulante	1.900.423	39,3%	8.910.832	44,0%	(7.010.409)
Caixa e equivalentes de caixa	64.575	1,3%	591.815	2,9%	(527.240)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	573.867	11,9%	5.182.010	25,6%	(4.608.143)
Instrumentos financeiros derivativos	14.167	0,3%	32.233	0,2%	(18.066)
Contas a receber	856.563	17,7%	1.775.137	8,8%	(918.574)
Estoques	44.852	0,9%	306.037	1,5%	(261.185)
Ativo imobilizado disponibilizado para venda	30.511	0,6%	541.188	2,7%	(510.677)
Tributos a recuperar	101.319	2,1%	155.284	0,8%	(53.965)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	158.746	3,3%	147.266	0,7%	11.480
Despesas antecipadas	14.759	0,3%	42.874	0,2%	(28.115)
Adiantamentos a terceiros	28.713	0,6%	82.420	0,4%	(53.707)
Outros créditos	12.351	0,3%	54.568	0,3%	(42.217)
Não circulante	2.938.333	60,7%	11.357.402	56,0%	(8.419.069)
Realizável a Longo Prazo	370.175	7,7%	1.197.946	5,9%	(827.771)
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	783	0,0%	655	0,0%	128
Instrumentos financeiros derivativos	41.120	0,8%	638.400	3,1%	(597.280)
Contas a receber	13.791	0,3%	88.321	0,4%	(74.530)
Tributos a recuperar	55.410	1,1%	138.466	0,7%	(83.056)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	59.873	1,2%	34.929	0,2%	24.944
Depósitos judiciais	48.591	1,0%	76.353	0,4%	(27.762)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37.335	0,8%	138.431	0,7%	(101.096)
Partes relacionadas	1.534	0,0%	-	0,0%	1.534
Ativo de indenização por combinação de negócios	103.783	2,1%	-	0,0%	103.783
Outros créditos	7.955	0,2%	82.391	0,4%	(74.436)
Investimentos	-	0,0%	6.716	0,0%	(6.716)
Imobilizado	1.811.704	37,4%	9.615.005	47,4%	(7.803.301)
Intangível	756.454	15,6%	537.735	2,7%	218.719
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.838.756	100,0%	20.268.234	100,0%	(15.429.478)
Circulante	945.637	19,5%	4.678.968	23,1%	(3.733.331)
Fornecedores	139.361	2,9%	1.691.713	8,3%	(1.552.352)
Floor plan	-	0,0%	106.735	0,5%	(106.735)
Risco sacado a pagar - montadoras	2.043	0,0%	12.051	0,1%	(10.008)
Empréstimos e financiamentos	60.028	1,2%	1.171.988	5,8%	(1.111.960)
Debêntures	154.602	3,2%	694.901	3,4%	(540.299)
Arrendamentos a pagar	18.159	0,4%	140.850	0,7%	(122.691)
Arrendamentos por direito de uso	34.772	0,7%	113.869	0,6%	(79.097)
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	6.043	0,0%	(6.043)
Obrigações sociais e trabalhistas	151.536	3,1%	231.374	1,1%	(79.838)
Imposto de renda e contribuição social a recolher	5.941	0,1%	3.094	0,0%	2.847
Tributos a recolher	50.109	1,0%	83.162	0,4%	(33.053)
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	32.865	0,7%	70.587	0,3%	(37.722)
Adiantamentos de clientes	18.673	0,4%	175.700	0,9%	(157.027)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	150.666	3,1%	-	0,0%	150.666
Partes relacionadas	62.365	1,3%	3.056	0,0%	59.309
Outras contas a pagar	64.517	1,3%	173.845	0,9%	(109.328)
Não circulante	2.827.973	58,4%	13.209.303	65,2%	(10.381.330)
Empréstimos e financiamentos	951.158	19,7%	7.050.051	34,8%	(6.098.893)
Debêntures	1.096.790	22,7%	4.676.855	23,1%	(3.580.065)
Arrendamentos a pagar	43.867	0,9%	260.762	1,3%	(216.895)
Arrendamentos por direito de uso	174.602	3,6%	403.831	2,0%	(229.229)
Cessão de direitos creditórios	-	0,0%	12.085	0,1%	(12.085)
Tributos a recolher	15.803	0,3%	1.095	0,0%	14.708
Provisão para demandas judiciais e administrativas	165.737	3,4%	67.829	0,3%	97.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	92.556	1,9%	574.120	2,8%	(481.564)
Obrigações a pagar por aquisição de empresas	280.539	5,8%	93.077	0,5%	187.462
Partes relacionadas	1.534	0,0%	-	0,0%	1.534
Outras contas a pagar	5.387	0,1%	69.598	0,3%	(64.211)
Patrimônio líquido	1.065.146	22,0%	2.379.963	11,7%	(1.314.817)

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo circulante era de R\$ 1.900.423 mil em comparação com R\$ 8.910.832 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 39,3% em 31 de dezembro de 2020 e 44,0 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2020, as rubricas de "caixa e equivalentes de caixa" e "títulos e valores mobiliários" apresentaram saldo de R\$ 64.575 mil e R\$ 573.867 mil, respectivamente e para exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 os saldos foram de R\$ 591.815 mil e de R\$ 5.182.010 mil. Esta redução decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Contas a receber

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "contas a receber" apresentou saldo de R\$ 856.563 mil e R\$ 1.775.137 em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 918.574 mil decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Estoques

Em 30 de junho de 2020, a rubrica de "estoques" apresentou saldo de R\$ 44.852 mil e R\$ 306.037 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 261.185 mil decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019

Ativo imobilizado disponibilizado para venda

O saldo de ativos disponibilizados para venda demonstrou uma redução de R\$ 510.677 mil ou, apresentando um saldo de R\$ 30.511 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 541.188 mil em 31 dezembro de 2019. Esta redução decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020, o ativo não circulante era de R\$ 2.938.333 mil em comparação com R\$ 11.357.402 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante representava 60,7 % em 31 de dezembro de 2020 e 56,0 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "imobilizado" apresentou saldo de R\$ 1.811.704 mil e R\$ 9.615.005 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 7.803.301 mil decorreu principalmente pelo efeito da Cisão, conforme relatado na nota do balanço patrimonial comparativo dos exercícios de 31/12/2020 e 31/12/2019.

Intangível

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "intangível" apresentou saldo de R\$ 756.454 mil e R\$ 537.735 mil em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de R\$ 218.719 mil decorreu principalmente de: (i) adições no intangível de R\$ 48.636 mil, sendo que desse montante R\$ 48.311 mil se refere a compra de Softwares. (ii) Despesas com amortização de R\$ 20.743 mil (iii) Aquisição de empresas R\$ 498.720 mil Fadel e Transmoreno. (iv) baixa devido ao movimento da Cisão R\$ 305.546.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo circulante era de R\$ 945.637 mil em comparação com R\$ 4.678.968 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 19,5 % em 31 de dezembro de 2020 e 23,1% em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 60.028 mil em comparação com R\$ 1.171.988 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 1.111.960 mil, se deve principalmente a: (i) amortização de R\$ 3.589.997 mil de empréstimos e financiamentos, sendo que desse montante R\$ 2.472.407 mil refere-se a amortização das NCE's. (ii) Os novos contratos do exercício totalizaram R\$ 2.974.138 mil, sendo que os maiores saldos foram da captação da CCB Cambial no montante de R\$ 2.550.261 mil em substituição a NCEs liquidadas. (iii) o efeito da cisão referente a reestruturação societária no montante de R\$ - 2.402.929 e (iv) As demais variações foram juros pagos no montante de R\$ 264.999 mil, juros apropriados de R\$ 255.511 mil e variação cambial de R\$ 1.631.868 mil.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020, a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 154.602 mil em comparação com R\$ 694.901 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$-540.299 mil ou -59,3% se deve principalmente a: (i) Emissão de novas debêntures de R\$ 200.000 mil, referente à 4ª emissão de debêntures da Controlada Movida Locação. (ii) As amortizações totalizaram R\$ 330.727 mil, sendo que a maior amortização foi de R\$ 119.827 mil da 8ª emissão da Companhia (iii) o efeito da cisão referente a reestruturação societária no montante de R\$-3.934.781 e (iv) As demais variações foram os juros pagos no montante de R\$ 245.076 mil e juros apropriados de R\$ 190.220 mil.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2020 o passivo não circulante era de R\$ 2.827.973 mil em comparação com R\$ 13.209.303 mil em 31 de dezembro de 2019. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 58,4% em 31 de dezembro de 2020 e 65,2 % em 31 de dezembro de 2019. A seguir, maiores detalhes sobre as principais variações:

Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Empréstimos e Financiamentos" apresentou saldo de R\$ 951.158 mil em comparação com R\$ 7.050.051 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 6.098.893 mil, foi explicado em Empréstimo e Financiamentos - Passivo circulante.

Debêntures

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Debêntures" apresentou saldo de R\$ 1.096.790 mil em comparação com R\$ 4.676.855 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 3.580.065 mil, foi explicada em Debêntures - Passivo circulante.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020 a rubrica de "Imposto de renda e contribuição social diferidos" apresentou saldo de R\$ 92.556 mil em comparação com R\$ 574.120 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta diminuição de R\$ 481.564 é proveniente principalmente a baixa do acervo líquido ocorrido devido a reestruturação societária.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2020 o patrimônio líquido é de R\$ 1.065.146 mil em comparação com R\$ 2.379.963 mil em 31 de dezembro de 2019. Esta redução de R\$ 1.314.817 mil ou 0,03%, decorreu substancialmente de: (i) Do acervo líquido cindido da reestruturação societária no montante de R\$ -1.018.681 (ii) Aumento de capital decorrente de reestruturação societária no montante de R\$ 672.499 (iii) baixa de minoritários decorrentes ao processo da baixa do acervo líquido cindido da reestruturação societária no montante de R\$ -983.652.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 - Resultado operacional e financeiro

a. resultados das nossas operações

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Bruta

Receita Bruta de Serviços

- **Transporte Rodoviário de Cargas**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Transporte de Cargas variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- **Distribuição Urbana**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Transporte de Cargas variam em função do volume, do peso da carga transportada, da distância percorrida e, em alguns casos, da quantidade de viagens.

- **Operações de Logística Dedicada**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Operações de Logística Dedicada variam em função da quantidade de empregados e/ou máquinas alocadas, quantidade movimentada e/ou transportada de cargas, distância percorrida e, em alguns casos, com base na quantidade de viagens.

- **Serviços de Armazenagem**

Os Diretores da Companhia informam que as nossas receitas provenientes de Serviços de Armazenagem variam em função do tempo de área disponibilizada para armazenagem, quantidade movimentada, combinada com o volume (ex: m³) e/ou peso da carga.

Receita Bruta de Venda de Ativos

Os Diretores da Companhia informam que a Receita bruta de Venda de Ativos é composta conforme descrito a seguir:

- **Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços**

Os Diretores da Companhia informam que reconhecemos como receita de Venda de Ativos utilizados na prestação de serviços a alienação de veículos leves, utilitários e pesados, máquinas e equipamentos, desmobilizados da operação e colocados à venda pelo estado em que se encontram, e que foram utilizados na prestação de nossos serviços.

Os Diretores da Companhia esclarecem que a renovação de frota de veículos leves e utilitários ocorre, em geral, entre 2 e 3 anos. Os caminhões e cavalos mecânicos são renovados com periodicidade de 3 anos, ao passo que as máquinas e equipamentos com periodicidade de 5 anos.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Receita Líquida

Os Diretores da Companhia informam que a receita líquida se refere à soma da receita líquida de Serviços e da receita líquida de Venda de Ativos, excluindo os tributos incidentes sobre o faturamento, cancelamentos e descontos comerciais.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores da Companhia informam que os principais fatores que afetaram os resultados operacionais são:

(i) A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 6.022,4 milhões comparativamente a R\$ 4.295,9 milhões no mesmo período de 2021, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.726,4 milhão ou +40,2%%. Esse nível de crescimento reflete nossa capacidade de execução e implantação de novos contratos, repasse da inflação nos preços praticados e assertividade das aquisições realizadas, que nos permitiu impulsionar a capacidade de atendimento com a evolução da rentabilidade das operações das empresas adquiridas nos últimos dois anos.

(ii) A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 4.295,9 milhões comparativamente a R\$ 2.826,8 milhões no mesmo período de 2020, o que representou uma variação positiva de R\$ 1.469,2 milhão ou +52,0%%. Essa variação deve-se principalmente ao aumento de volume nos nossos clientes junto à consolidação das Companhias adquiridas ao longo de 2020 e 2021 – Transmoreno, Fadel, TPC, Rodomeu e Marvel;

(iii) A receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 2.826,8 milhões comparativamente a R\$ 3.102,0 milhões no mesmo período de 2019, o que representou uma variação negativa de R\$ 275,2 milhões ou -8,9%. Essa variação deve-se principalmente à redução de volume em função dos impactos da pandemia do novo Coronavírus.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações das receitas em 2022 estão relacionadas ao crescimento das atividades e de ajustes de preços face às condições de mercado.

Os Diretores da Companhia informam que as principais variações estão relacionadas a implantação de novos projetos e a reprecificação dos contratos que favoreceram todas nossas linhas de negócios, levando a um crescimento nas Operações Dedicadas, no Transporte de Cargas, nos Serviços de Armazenagem e na Distribuição Urbana.

Os Diretores da Companhia esclarecem que não foi constatado variações em nossas receitas diretamente decorrentes a modificações de taxas de câmbio, dado que os contratos são precificados em Reais e não são vinculados às variações de preços dos produtos e serviços de nossos clientes.

c. *impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro*

Em decorrência das emissões de debêntures e demais financiamentos obtidos nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente um dos indexadores da Companhia é o CDI. Dessa maneira, um aumento ou diminuição do CDI poderá impactar o montante dos juros a serem pagos das nossas dívidas. Os Diretores da Companhia esclarecem que o aumento nas despesas financeiras foi impactado pelo maior volume de dívida bruta e do aumento do CDI no período. Pelos mesmos fatores, a Despesa Financeira de 2022 cresceu 179% na comparação com 2021 e atingiu R\$ 690,8 milhões, sendo R\$ 561,0 milhões diretamente relacionados ao serviço da dívida. O aumento da dívida bruta está atrelado ao crescimento da companhia e seus investimentos em

2.2 Resultados operacional e financeiro

ativos e nas aquisições realizadas.

Por fim, os Diretores da Companhia esclarecem que nos últimos 3 (três) exercícios sociais e no exercício social corrente não houve nenhum impacto que represente montante relevante em função da inflação e do câmbio devido a nossa eficiência no repasse da inflação nos preços praticados. No que diz respeito à variação do preço dos insumos, os Diretores da Companhia esclarecem que os nossos contratos são, em sua grande maioria, corrigidos por alterações nos preços de tal insumo.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfase no parecer do auditor

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis e efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

(i) Mudanças no exercício findo em 31 de dezembro de 2022

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um *waiver* ou quebra de *covenant*). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL.

(ii) Mudanças no exercício findo em 31 de dezembro de 2021

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.

Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identifica-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da JSL

(iii) Mudanças no exercício findo em 31 de dezembro de 2020

Análise de benefícios em contratos de arrendamentos por direito de uso - CPC 6 (R2) / IFRS 16

Em decorrência da crise instaurada, a JSL negociou descontos em seus contratos de aluguéis, no montante de R\$ 3.300 no Consolidado, além de certas prorrogações de vencimentos.

Conforme a deliberação 859 emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e com o parecer de Revisão de Pronunciamentos Técnicos no. 16/2020, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, a Administração avaliou essas concessões, e optou por adotar o expediente prático e não tratar esses benefícios como modificação dos respectivos contratos de arrendamento.

Os descontos obtidos foram contabilizados diretamente no resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020.

(b) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

• 2022

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2022, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

• 2021

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

• 2020

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, não houve ressalvas nem parágrafo de ênfase comentado em seu relatório.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional

Segmento Operacional:

A Administração da Companhia, visando se posicionar melhor estrategicamente ao passar a atuar com administração própria, orçamento independente, maior agilidade e foco exclusivo em seu negócio, implementou o ciclo final da reorganização societária do Grupo JSL em agosto de 2020. A partir da implementação da Reorganização a JSL deixou de exercer a função de holding e passou a ser exclusivamente uma empresa operacional de serviços logísticos com agenda própria de desenvolvimento, abrindo novas possibilidades para movimentos estratégicos, fusões e aquisições e acesso ao mercado de capitais, o que contribuiu para melhorar a estrutura de capital ao mesmo tempo em que acelerou o plano de crescimento da Companhia ao agregar novos serviços, novos ramos de atuação e, principalmente, novas tecnologias como resposta à transformação do setor e dos seus clientes. Devido à longa tradição neste segmento e ao plano de consolidação e expansão, a Companhia manteve a marca JSL. A Reorganização consistiu na incorporação da totalidade das ações de emissão da JSL pela Simpar, sua atual acionista controladora, passando a JSL à condição de subsidiária integral da Simpar. Imediatamente após a Incorporação de Ações ocorreu a cisão parcial da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar que, portanto, assumiu a função de holding do Grupo, passando a controlar diretamente as empresas anteriormente controladas pela JSL, além da própria JSL que já tinha a Simpar como acionista controladora.

Como resultado, a Companhia e suas controladas estão focadas em serviços de logística, agora referidos como 'JSL Logística' em suas demonstrações financeiras. Abaixo detalhamento dos segmentos:

b. Operações Logística: Refere-se as posições patrimoniais e de resultado de todos efeitos provenientes dos impactos operacional e financeiro das operações de logística. da constituição, aquisição ou alienação de parte societária

Eventos de 2022:

- a) 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada, da controlada Transportes Marvel Ltda. ("Marvel")

Em 18 de janeiro de 2022, a controlada realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 50.000 com taxa de CDI + 2,00% e vencimento final em 18 de janeiro de 2024, adquirido em sua totalidade pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 50.000.000 (Cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora.

- b) 1ª emissão de debêntures simples, conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, para colocação privada, da controlada Sinal Serviços de Integração Industrial Ltda. ("Sinal")

Em 03 de fevereiro de 2022, a controlada realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária para colocação privada da 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R\$ 52.000 com taxa de CDI + 2,70% e vencimento final em 03 de fevereiro de 2024, adquirido em sua totalidade

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

pela Companhia. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido da controlada, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 52.000.000 (Cinquenta e dois milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora.

c) Aquisição de Empresas 2022

i. Aquisição de empresa Truckpad Tecnologia e Logística S.A. e da Truckpad Meios de Pagamentos Ltda. ("Truckpad")

Em 26 de maio de 2022, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da Truckpad. A Companhia acredita que a transação irá acelerar o desenvolvimento tecnológico da JSL através do acesso à tecnologia da Truckpad. O valor da transação foi de US\$ 1,00 (um dólar americano) que foi pago em 26 de maio de 2022 em moeda nacional, além da assunção das obrigações e dívidas da Empresa adquirida.

Eventos de 2021:

a) Aquisições de empresas

i. Aquisição da Fadel Holding Ltda. ("Fadel")

Em 17 de novembro de 2020 a Companhia adquiriu 75% das ações de emissão da Fadel Holding Ltda. e suas subsidiárias Fadel Transportes Logística Ltda; Fadel Soluções em Logística Ltda., Locadel Veículos Ltda e Mercosur Factory Sociedad Anónima (em conjunto "Fadel"), e as partes acordaram que a Companhia irá exercer a opção de compra dos 25% restantes das ações correspondentes ao capital social de titularidade do Sr. Ramon Perez Martinez Garcia Alcaraz, como prevê o contrato de compra e venda da "Fadel".

A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2021 aprovou a incorporação da totalidade das ações de emissão da Fadel Holding S.A. mediante a troca de 6.440.000 ações da JSL S.A. A transação foi realizada pelo valor de R\$ 58.584, classificado como passivo financeiro em 31 de dezembro de 2020 e posteriormente reclassificado para o patrimônio líquido como aumento de capital pelo montante de R\$ 39.458, assim como a participação de não controlador no resultado desde a data da aquisição em 17 de novembro de 2020 até a data da celebração do memorando de entendimentos em 16 de março de 2021 no montante de R\$ 3.594.

ii. Aquisição da Transportadora Rodomeu Ltda. e Unileste Transportes Ltda. (em conjunto "Rodomeu")

Em 14 de maio de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% da participação da Rodomeu e sua subsidiária Abaeté Comercio de Veículos Ltda, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 24 de março de 2021 sem restrições.

A Rodomeu possui sede na cidade de Piracicaba (SP), sendo especialista no transporte rodoviário de cargas de alta complexidade, que inclui Gases e Químicos, Máquinas e Equipamentos para construção civil, transporte dedicado de insumos e produtos acabados nos setores de papel e celulose, siderurgia e alimentícios.

O valor da transação foi de R\$ 97.000, conforme demonstrado abaixo:

- (i) O montante de R\$ 29.100 foi pago a vista

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- (ii) O montante de R\$ 52.900 está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" e será acrescido de 100% do CDI em 31 de dezembro de 2021 restam 18 parcelas a serem pagas.
- (iii) O montante de R\$ 15.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow"), que vierem a se materializar registrado em "obrigações a pagar por aquisição de empresas" O valor será acrescido de 100% do CDI e liquidado em 24 parcelas e somente serão liberados aos vendedores após a data de 14 de maio de 2027, líquido de perdas materializadas.

iii. Aquisição da Pronto Express Logística S.A. ("TPC")

Em 14 de junho de 2021, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das ações de emissão da TPC, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de março de 2021.

A TPC, empresa que com suas controladas (TPC Sudeste e TPC Nordeste), opera em modelo asset-light focada na operação de armazéns alfandegados ou não, logística dedicada in house, cross docking e gestão integrada de distribuição, incluindo a última milha ("last mile") e logística reversa. Está inserida, principalmente, nos setores de cosméticos, moda, varejo, eletroeletrônicos, telecomunicações, farmacêutico, equipamentos hospitalares, bens de consumo, óleo & gás e petroquímico.

O valor da transação foi de R\$ 185.526. O valor da contraprestação pela aquisição é formado conforme demonstrado abaixo:

- (i) O montante de R\$ 66.010 foi pago a vista.
- (ii) O montante de R\$ 42.203 foi parcelado e em 31 de dezembro de 2021 já estava totalmente liquidado.
- (iii) O valor de R\$ 60.663 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow") registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", o valor será acrescido de 100% do CDI sendo liberado para os vendedores após 14 de junho de 2026, líquido de perdas materializadas.
- (iv) O montante de R\$ 16.650 será pago pelo atingimento de metas de negócio medidas até 2024.

iv. Aquisição da Transportes Marvel Ltda. ("Marvel")

Em 30 de julho de 2021, a Companhia através da sua controlada Rio Grandense Logística Ltda concluiu a aquisição de 100% das ações da Marvel, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 26 de julho de 2021.

A Marvel, opera em transporte rodoviário de cargas congeladas e refrigeradas de alto valor agregado, oferecendo serviços no Brasil e em outros países da América do Sul.

O valor da transação foi de R\$ 245.000, conforme demonstrado abaixo:

- (i) O valor de R\$ 100.000 foi pago a vista
- (ii) O montante de R\$ 90.900 foi registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", será pago em 12 (doze) parcelas mensais, consecutivas, acrescida cada parcela de 150% do CDI pro rata die, feitas as deduções de tributos incidentes na forma da lei desde a data de assinatura do presente até a o efetivo pagamento. Em

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

31 de dezembro de 2021 restam 6 parcelas a serem pagas, no montante de R\$ 55.908.

- (iii) O valor de R\$ 54.100 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow") registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas", sendo liberado para os vendedores após incorrido o período de 30 de julho de 2026, líquido de perdas materializadas. O valor é atualizado a 120% do CDI e as atualizações são pagas mensalmente aos vendedores.

Eventos de 2020:

a) Reestruturação societária

Em 05 de agosto de 2020, em assembleia geral extraordinária, foi aprovada a reestruturação societária da JSL. A reestruturação consistiu na migração de toda a base acionária da Companhia para a Simpar S.A. ("Simpar"), acionista controladora direta da Companhia, que se tornou uma Companhia listada no Novo Mercado, segmento especial da B3. Com isso, a Simpar passou a ser a empresa holding da JSL, passando a ser chamado de Simpar, com as ações negociadas em bolsa em substituição da Companhia. Na mesma data, ainda como parte da reestruturação, também em assembleia geral extraordinária da Companhia, foi aprovada sua cisão, cujo acervo líquido incluiu o total dos saldos de investimentos em participações societárias nas controladas Vamos de R\$ 581.649, Movida Participações de R\$ 1.207.528, BBC Consórcios de R\$ 135, CS Brasil Participações de R\$ 414.183, Mogipasses de R\$ 9.017, Mogi Mob de R\$ 17.658, TPG Transporte de R\$ 10.395, Avante veículos de R\$ 20.680, JSL Corretora de R\$ 9.427, Original veículos de R\$ 106.123, Ponto veículos de R\$ 40.334, JSL Holding de R\$ 94.110, BBC Pagamentos de R\$ 4.759, JSL Empreendimentos de R\$ 2.385, Simpar Europe de R\$ 36.028 e ágio na aquisição de negócios de R\$ 6.481, assim como os patrimônios líquidos negativos na Original Distribuidora de R\$ 203 e na Simpar Finance de R\$ 32.607, certas dívidas além de outros ativos e passivos, incorporados pela Simpar, com o intuito de concentrar a atividade de holding na Simpar, e focar a Companhia e suas controladas remanescentes nas operações de logística. O acervo líquido contábil para fins de cisão foi avaliado por empresa especializada com data base em 30 de junho de 2020.

b) Aquisições de empresas

i. Moreno Holding Ltda. (Transmoreno)

Em 30 de outubro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 100% das cotas de participação da TransMoreno e suas controladas, aprovada pelo CADE em 8 de outubro de 2020 sem restrições. A TransMoreno atua nos segmentos de transporte de veículos sobre carretas "cegonhas" e prestação de serviços de logística automotiva. A TransMoreno atua em todo o território brasileiro, contando com mais de 720 mil metros quadrados em áreas e pátios para armazenagem e distribuição de veículos para montadoras, possuindo duas das principais montadoras de veículos do país em sua carteira de clientes. Seu modelo de negócios é baseado na oferta de soluções logísticas por meio de uma rede de terceiros, sendo assim, considerada uma empresa leve em ativos (Asset Light). A Companhia entende que a aquisição da TransMoreno está alinhada com sua estratégia de crescimento, diversificação e consolidação como a maior e mais integrada plataforma de serviços logísticos no Brasil, possibilitando maior participação em serviços que acredita poder oferecer melhorias, agregando valor ao cliente.

O valor da transação foi de R\$ 301.920, pago conforme demonstrado abaixo:

- (iv) O montante de R\$ 111.318 foi pago a vista

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

- (v) O montante de R\$ 120.602 está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" e será acrescido de 100% do CDI + 1,25% a.a. e ao longo de 5 anos.
- (vi) O montante de R\$ 60.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas";
- (vii) O preço poderá ser aumentado em R\$ 10.000 caso a TransMoreno atinja determinadas metas entre os exercícios de 2021 a 2024.

ii. Fadel Holding Ltda. ("Fadel")

Em 17 de novembro de 2020, a Companhia concluiu a aquisição de 75% das ações de emissão da Fadel, aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") em 29 de setembro de 2020 sem restrições, permanecendo como sócio com 25% (vinte e cinco por cento) o seu cofundador Ramon Alcatraz, que permanece como principal executivo, liderando as atividades e seu plano de desenvolvimento. A Fadel atua como transportador nos setores de bebida, alimentos, bens de consumo e iniciou atividades no comércio eletrônico ("e-commerce"), contando com uma frota de mais de 1.600 ativos operacionais próprios (entre caminhões, cavalos mecânicos, carretas e veículos comerciais leves), tendo 25 filiais no Brasil e 4 unidades no Paraguai. A Companhia acredita que o modelo de gestão da Fadel e sinergia da base de clientes trará uma grande oportunidade de desenvolvimento das nossas operações no segmento de distribuição urbana pela expertise adicionada a cartela de serviços já prestados pela Companhia e também pela oportunidade de cross selling entre os clientes e o portfólio de serviços de ambas. O valor da transação foi de R\$ 173.125

- (i) O referido valor está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas" sendo R\$ 79.687 pago à vista e o saldo residual a ser pago em 6 parcelas até maio de 2021;
- (ii) O montante de R\$ 50.000 ficará retido como garantia de eventuais contingências ("Escrow") e está registrado em "Obrigações a pagar por aquisição de empresas";
- (iii) O preço foi aumentado em R\$ 13.750 pelo atingimento de determinadas metas no ano de 2020.

c) Dos eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais que não tenham sido informados anteriormente para o exercício de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

Medições não contábeis

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
EBITDA	1.079.820	758.100	431.386
Margem EBITDA*	18,6%	18,0%	15,3%
Dívida Bruta	4.738.734	3.627.200	2.536.021
Dívida Bruta Ajustada	4.325.695	3.629.742	2.326.647
Dívida Líquida	3.831.495	2.672.200	1.841.509
Dívida Líquida Ajustada	3.418.456	2.671.752	1.632.135
Alavancagem Líquida	3,17	3,52	3,78

* Margem EBITDA sobre ROL de Serviços.

(1) **EBITDA (LAJIDA) E MARGEM EBITDA**

EBITDA (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization) ou LAJIDA (Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização), é uma medida não contábil que elaboramos de acordo com a Instrução Normativa da CVM Nº 527 de outubro de 2012. Consiste no lucro líquido do período ou exercício, acrescido do resultado financeiro líquido, do total do imposto de renda e contribuição social e das depreciações e amortizações. Por meio da utilização do EBITDA, procura-se demonstrar a performance operacional da Companhia.

A Companhia registrou EBITDA de R\$ 1.079,8 milhões, R\$ 758,1 milhões e R\$ 431,4 milhão nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, respectivamente.

A "Margem EBITDA" consiste no resultado da divisão do EBITDA pela receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos utilizados na prestação de serviços da Companhia.

EBITDA e Margem EBITDA não são medidas reconhecidas nas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados e não deve ser considerado como substituto para o lucro líquido, como indicador da performance operacional da Companhia.

(2) **DÍVIDA BRUTA, DÍVIDA BRUTA AJUSTADA, DÍVIDA LÍQUIDA E DÍVIDA LÍQUIDA AJUSTADA**

Dívida Bruta é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como a soma de saldo de (i) risco sacado a pagar - montadoras, (ii) empréstimos e financiamentos, (iii) debêntures, (iv) arrendamentos a pagar e (v) arrendamentos por direito de uso, todos circulantes e não circulantes.

Dívida Bruta Ajustada é definida como Dívida Bruta subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

Dívida Líquida é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e definida como Dívida Bruta subtraída do caixa e equivalentes de caixa, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras e a posição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, todos circulantes e não circulantes.

Dívida Líquida Ajustada é definida como Dívida Líquida subtraída dos arrendamentos por direito de uso circulante e não circulante.

Os valores mencionados de Dívida Bruta, Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida e Dívida Líquida Ajustada não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

2.5 Medições não contábeis

(3) ALAVANCAGEM LÍQUIDA

A "Alavancagem Líquida" é um indicador não contábil que procura medir o nível do endividamento da Companhia, em determinado período, em relação ao seu resultado operacional. O cálculo é feito utilizando a Dívida Líquida Ajustada dividida pelo EBITDA de determinado período.

Os valores mencionados de Alavancagem Líquida não são medidas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelas IFRS, e não devem ser considerados como substitutos do fluxo de caixa, e não possuem um significado padrão, podendo não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do EBITDA, da Margem EBITDA, da Dívida Bruta, da Dívida Bruta Ajustada, da Dívida Líquida, da Dívida Líquida Ajustada e da Alavancagem Líquida com os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido do exercício	194.182	272.548	40.971
(+) Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(27.785)	49.978	(30.321)
(+) Resultado financeiro, líquido	602.428	201.407	184.739
(+) Depreciação e amortização	310.995	234.139	235.997
EBITDA	1.079.820	758.072	431.386
Receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços	6.022.405	4.295.978	2.826.797
Margem EBITDA¹	18,6%	18,0%	15,3%

¹ Margem EBITDA sobre ROL de Serviços

A Margem EBITDA para o período de doze meses é calculada com base no EBITDA dividido pela receita líquida de venda, de prestação de serviços e de venda de ativos utilizados na prestação de serviços.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16 / CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou a abordagem retrospectiva modificada simplificada.

Reconciliação da Dívida Bruta e Dívida Líquida

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
(+) Risco sacado a pagar - montadoras	-	-	2.043
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Circulante)	256.974	41.545	60.028
(+) Debêntures (Passivo Circulante)	66.026	32.723	154.602
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Circulante)	9.879	28.054	18.159
(+) Arrendamentos por direito de uso (Passivo Circulante)	78.812	68.369	34.772
(+) Empréstimos e Financiamentos (Passivo Não Circulante)	2.121.613	1.724.062	951.158
(+) Debêntures (Passivo Não Circulante)	1.796.085	1.789.185	1.096.790
(+) Arrendamentos Financeiros a pagar (Passivo Não Circulante)	75.118	14.173	43.867
(+) Arrendamentos por direito de uso (Passivo não Circulante)	334.227	246.586	174.602
Dívida Bruta	4.738.734	3.944.697	2.536.021
(-) Caixa e Equivalentes de caixa	475.625	152.951	64.575
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Circulante)	397.586	801.475	573.867
(-) Títulos e Valores Mobiliários (Ativo Não Circulante)	11	569	783
(-) Instrumentos financeiros derivativos (Ativo Circulante)	86	147	14.167
(-) Instrumentos financeiros derivativos (Ativo e Passivo Não Circulante)	33.931	2.848	41.120
Dívida Líquida	3.831.495	2.986.707	1.841.509

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação da Dívida Bruta Ajustada e Dívida Líquida Ajustada

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Bruta	4.738.734	3.944.697	2.536.021
(-) Arrendamentos por direito de uso (Passivo Circulante)	(78.812)	(68.369)	(34.772)
(-) Arrendamentos por direito de uso (Passivo não Circulante)	(334.227)	(246.586)	(174.602)
Dívida Bruta Ajustada	4.325.695	3.629.742	2.326.647
Dívida Líquida	3.831.495	2.986.707	1.841.509
(-) Arrendamentos por direito de uso (Passivo Circulante)	(78.812)	(68.369)	(34.772)
(-) Arrendamentos por direito de uso (Passivo não Circulante)	(334.227)	(246.586)	(174.602)
Dívida Líquida Ajustada	3.418.456	2.671.752	1.632.135

Reconciliação da Alavancagem Líquida

(Em milhares de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Dívida Líquida Ajustada	3.418.456	2.671.752	1.632.135
EBITDA	1.079.820	758.072	431.386
Alavancagem Líquida	3,17	3,52	3,78

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que devido a necessidade de maior agilidade na tomada de decisão e tendo em vista a dinâmica dos atuais negócios, faz-se necessário a implementação e análise de medidas não contábeis, além das medidas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras.

A Companhia utiliza os indicadores não contábeis EBITDA e sua respectiva margem, para medir sua performance operacional, pois acredita facilitar a comparabilidade da sua estrutura ao longo dos anos, uma vez que corresponde a indicadores financeiros utilizados para avaliar os resultados de uma companhia, sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários e financeiros, ou como indicador de liquidez da Companhia.

A Companhia ressalta que o EBITDA e sua respectiva margem, são apenas informações adicionais às suas demonstrações contábeis. Considerando que o EBITDA não é uma medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas IFRS, estes não devem ser utilizados como (i) base de distribuição de dividendos; (ii) substitutos para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional; ou (iii) indicadores de liquidez.

Quanto aos índices de Endividamento (Dívida Bruta, Dívida Bruta Ajustada, Dívida Líquida, Dívida Líquida Ajustada e Alavancagem Líquida) são importantes indicadores, que objetivam medir a capacidade de pagamento da Companhia em relação ao seu endividamento com terceiros.

Apesar de serem medidas não contábeis, estes índices são comumente utilizados pelo mercado financeiro e de capitais, permitindo assim maior comparabilidade de negócios semelhantes ao da Companhia.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 - Eventos Subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Ocorreram os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras individuais e consolidadas divulgadas pela Companhia em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, cuja emissão foi autorizada em 14 de fevereiro de 2023:

- (i) Foram efetuadas captações de FINAME Direto junto ao BNDES nas linhas já contratadas no valor de R\$ 22.639 em 26 de janeiro de 2023 pela JSL S.A. e R\$ 23.984 em 06 de fevereiro de 2023 pela Fadel Transportes e Logística Ltda.

O evento destacado abaixo ocorreu após a emissão da Demonstração Financeira autorizada em 14 de fevereiro de 2023:

- (i) Em 03 de março de 2023 a Companhia efetuou a aquisição de 100% da Unitum por R\$ 338 milhões de Equity Value. Deste, R\$ 100 milhões será retido na data como garantia para eventuais indenizações, e o saldo remanescente será pago da seguinte forma: (i) R\$ 60 milhões na data do fechamento da Transação, e (ii) R\$ 179 milhões em 4 parcelas anuais de aproximadamente R\$ 45 milhões, todas elas corrigidas por 90% do CDI entre esta data e da data de seu efetivo pagamento. A implementação do Contrato está condicionada ao cumprimento de obrigações e condições precedentes usuais a esse tipo de operação, incluindo sua submissão para aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE.

2.7 Destinação de resultados

2.7 - Política de destinação dos resultados

	2022	2021	2020
A) Regras sobre retenção de lucros	Após deduzido imposto de renda e o prejuízo acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados à constituição de da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos.	Após deduzido imposto de renda e o prejuízo acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados à constituição de da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos.	Após deduzido imposto de renda e o prejuízo acumulados, o lucro líquido terá a seguinte destinação: (i) 5% serão destinados à constituição de da reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos.
Valores das retenções de lucros	Reserva legal: R\$ 9.709 mil Reserva de investimentos: R\$ 32.236 mil.	Reserva legal: R\$ 13.539 mil Reserva de investimentos: R\$ 150.434 mil.	Reserva legal: R\$ 9.029 mil Reserva de investimentos: R\$ 105.487 mil.
Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Reserva legal: 5% Reserva de investimento: 16,6%	Reserva legal: 5% Reserva de investimento: 55,5%	Reserva legal: 5% Reserva de investimento: 58,4%
B) Regras sobre distribuição de dividendos	Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na AGO que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Não foi distribuído dividendos aos acionistas da Companhia, em razão do prejuízo apurado no exercício.	Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na AGO que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Não foi distribuído dividendos aos acionistas da Companhia, em razão do prejuízo apurado no exercício.	Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) 5% destinados à constituição de reserva legal; e (ii) importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. O montante a ser efetivamente distribuído é aprovado na AGO que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Não foi distribuído dividendos aos acionistas da Companhia, em razão do prejuízo apurado no exercício.
C) Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de

2.7 Destinação de resultados

	2022	2021	2020
	Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.	Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.
D) Restrições à distribuição de dividendos	Os contratos de colocação das debêntures da, 10ª, 11ª, 12ª e 15ª emissão e o CRA, estabelecem restrição ao pagamento dos dividendos acima de 25% do lucro líquido ajustado, somente se a Companhia estiver em mora com relação àquelas debêntures. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Para uma descrição completa dessas restrições, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.	Os contratos de colocação das debêntures da, 10ª, 11ª, 12ª e 15ª emissão e o CRA, estabelecem restrição ao pagamento dos dividendos acima de 25% do lucro líquido ajustado, somente se a Companhia estiver em mora com relação àquelas debêntures. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Para uma descrição completa dessas restrições, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.	Os contratos de colocação das debêntures da 6ª, 8ª, 10ª, 11ª, 12ª, 13ª e 14ª Emissão, o CRA e as Notas Promissórias, estabelecem restrição ao pagamento dos dividendos acima de 25% do lucro líquido ajustado, somente se a Companhia estiver em mora com relação àquelas debêntures. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. Para uma descrição completa dessas restrições, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.
E) Política de destinação de resultados formalmente aprovada	Durante o exercício de 2022, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2021, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.	Durante o exercício de 2020, a Companhia não possuía uma política de destinação de resultados formalizada, sendo a destinação dos resultados regida pelo Estatuto Social da Companhia.

Distribuição de dividendos e retenção de lucro líquido

(Reais)	Exercício social 31/12/2022		Exercício social 31/12/2021		Exercício social 31/12/2020	
Lucro líquido ajustado	65.159.174,92		257.243.000,00		140.713.850,00	
Dividendo distribuído em relação ao lucro líquido ajustado	87,63%		25,00%		26,64%	
Taxa de retorno em relação ao patrimônio líquido do emissor	0,04613		0,19343		0,132000	
Dividendo distribuído total	57.102.000,00		64.310.752,00		37.492.962,50	
Lucro líquido retido	41.495.000,00		163.973.000,00		114.564.537,50	
Data da aprovação da retenção	25/04/2023		27/04/2022		29/04/2021	
	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo	Montante	Pagamento dividendo
Dividendo						
Ordinária	36.035.000	17/05/2022	25.805.559	17/05/2022	22.062.963	21/05/2021
Juros Sobre Capital Próprio						
Ordinária	57.102.000	06/01/2023	38.505.193	31/01/2022	15.430.000	29/01/2021

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não há carteira de recebíveis baixadas não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(iii) Contratos de construção não terminada

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

(c) Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Em relação a itens não evidenciados nas demonstrações financeiras nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, informamos que não houve nas datas citadas.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando: a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items); b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não possuímos ativos e passivos estão não estão devidamente divulgados na Demonstração Financeira de 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- ii. fontes de financiamento dos investimentos**
- iii. fontes de financiamento dos investimentos**

Não aplicável, visto que não há projeções de CAPEX para os próximos anos divulgadas.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor;

Não aplicável, visto que não há projeções de CAPEX para os próximos anos divulgadas.

c. novos produtos e serviços, indicando;

Não aplicável, visto que não são alteradas mudanças no portfólio de serviços ofertado pela Companhia.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG.

Com a apreciação do Comitê de Sustentabilidade, a Companhia tem mapeado os principais riscos e oportunidades pertinentes aos temas ESG nos seus negócios. As diretrizes de atuação estão alinhadas com as normativas e iniciativas nacionais e internacionais, que direcionam a jornada de Sustentabilidade da JSL. Além disso, possui como instrumento direcionador as Políticas de Sustentabilidade, Direitos Humanos e de Investimento Social que atestam o objetivo da Companhia em promover impacto positivo na sociedade, atuando de forma assídua, em especial nas comunidades do entorno das suas operações, para impulsionar melhorias nos aspectos socioambientais, desenvolvimento local e formação de redes de apoio social, reduzir ou mitigar impactos socioambientais negativos.

Como evolução, realizou novo estudo em 2022 focado em riscos e oportunidades atrelados a mudanças climáticas e formalizou através da Política de Mudanças Climáticas Corporativa, as ações de mitigação, compensação e adaptação incluindo formalmente o tema nas suas decisões e estratégias de negócios.

Abaixo são apresentadas algumas oportunidades externas e internas ligadas aos negócios da Companhia em diferentes esferas:

Acesso a mercados

- ✓ Mais acesso a crédito e diversificação de ativos financeiros para viabilização de investimentos.
- ✓ Acesso a títulos verdes ou vinculados a performance ASG (ambiental, social e de governança);

2.10 Planos de negócios

Produtos e serviços

- ✓ Viabilização de investimentos para produtos e serviços de inovação tecnológica menos agressivos ao meio ambiente e possível aumento da demanda por veículos e equipamentos menos poluentes, considerando mudança nas preferências do cliente.
- ✓ Aprimoramento e diversificação da matriz energética, investimentos para priorização de combustíveis menos poluentes e energia limpa e renovável.

Valor compartilhado

- ✓ Promover ambiente diverso, ético, investindo na formação e desenvolvimento dos colaboradores com capacitações e programas corporativos;
- ✓ Ter Segurança como prioridade e um dos pilares da Companhia, atuando de forma proativa, com influência da alta liderança para atingimento de metas de redução de curto e longo prazo;
- ✓ Promoção do desenvolvimento social e econômico nas regiões onde a Companhia está inserida, por meio de ações de inclusão social, fomento a contratação de mão de obra e alianças com fornecedores locais para gerar valor compartilhado.
- ✓ Apoio a clientes no atingimento de suas metas ESG por meio de alianças e também acesso a novos clientes que priorizem a estratégia de Sustentabilidade em sua cadeia de fornecedores.

Ressalta-se que na estrutura de Governança da Companhia cabe ao Conselho de Administração definir as diretrizes estratégicas que orientam os negócios que são conduzidas pela Diretoria-Executiva, responsável pela administração direta das operações. Reforçam essa estrutura os comitês, que deliberam e recomendam ações de acordo com suas áreas de especialidade. Especificamente o Comitê de Sustentabilidade assessora o Conselho de Administração em temáticas sociais, ambientais, econômicas e de governança; acompanhando a aplicação de políticas, estratégias, ações e projetos que se relacionem ao desenvolvimento sustentável dos negócios e relacionadas ao clima do ponto de vista estratégico; e avaliando os relatórios emitidos por órgãos reguladores.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 - Outros fatores com influência relevante

No exercício de 2022:

Não ocorreu fatores com influencia relevantes no exercício de 2022.

No exercício de 2021:

Não ocorreu fatores com influencia relevantes no exercício de 2021.

No exercício de 2020:

No dia 21/07/2020 a Companhia informou ao mercado que o Conselho de Administração aprovou os documentos finais da reorganização societária noticiada em Fato Relevante divulgado pela Companhia em 1º de abril de 2020 ("Reorganização"). A Reorganização societária e documentos correlatos serão submetidos à aprovação dos acionistas da JSL em Assembleia Geral Extraordinária convocada para o dia 05 de agosto de 2020 ("AGE").

A Reorganização consistirá (i) na incorporação da totalidade das ações de emissão da JSL pela Simpar, sua atual acionista controladora, passando a Companhia à condição de subsidiária integral da Simpar ("Incorporação de Ações"), e, (ii) imediatamente após a Incorporação de Ações, a cisão parcial da JSL, com a versão da parcela cindida para a Simpar ("Cisão Parcial").

A Simpar, portanto, assumirá a função de holding do Grupo JSL, passando a controlar diretamente as empresas hoje controladas pela JSL – conforme listadas no item 6.a. abaixo, além da própria JSL que já tem a Simpar como acionista controladora.

A parcela do patrimônio da Companhia a ser cindida e transferida para a Simpar no contexto da Cisão Parcial é formada:

(i) pelos saldos de investimentos e provisões atualmente detidas pela Companhia nas seguintes controladas: (i) Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., (ii) Movida Participações S.A., (iii) CS Brasil Participações e Locações Ltda., (iv) MogiPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., (v) BBC Holding Financeira Ltda., (vi) BBC Pagamentos Ltda., (vii) Original Veículos Ltda., (viii) Ponto Veículos Ltda., (ix) Avante Veículos Ltda., (x) Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda., (xi) Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda., (xii) JSL Europe, (xiii) JSL Finance, (xiv) JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda., (xv) TPG Transportes de Passageiros Ltda.; e (xvi) Mogi Mob Transporte de Passageiros;

(ii) Direitos e obrigações previstos no contrato referente à 13ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografia;

(iii) Direitos e obrigações previstos no contrato referente à 14ª Emissão de Debêntures Simples da Companhia, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografia;

(iv) Direitos e obrigações previstos no contrato referente a Cédulas de Crédito Bancário (CCBs Cambial), assim como os direitos e obrigações dos SWAPs derivativos atrelados a esta operação;

(v) Direitos e obrigações previstos em contrato referente a Crédito Internacional (4131) juntos a instituições no exterior;

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

(vi) Direitos e obrigações decorrentes de operações entre partes relacionadas, (Mútuos, Dividendos, Recebíveis e Valores a Pagar), junto as empresas (i) Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A., (ii) CS Brasil Participações e Locações Ltda., (iii) MogiPasses Comércio de Bilhetes Eletrônicos Ltda., (iv) Movida Participações S.A., (v) BBC Holding Financeira Ltda., (vi) BBC Pagamentos Ltda., (vii) Original Veículos Ltda., (viii) Ponto Veículos Ltda., (ix) Avante Veículos Ltda., (x) Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda., e (xi) Original Distribuidora de Peças e Acessórios Ltda.;

(vii) Saldos referente a Caixa e Equivalentes de Caixa: títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras;

(viii) Terrenos, Instalações, Benfeitorias;

(ix) Aeronaves; e

(x) Saldos de imposto de renda e contribuição social sobre lucro líquido diferidos relacionados aos ativos e passivos incluídos na Cisão Parcial.

As tabelas abaixo contém as medições não contábeis derivadas das demonstrações financeiras *carve-out* para os exercícios findos em 2019, 2018 e 2017 preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro – IFRS, emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB), e das demonstrações financeiras intermediárias *carve-out* condensadas do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 e 2019 preparadas de acordo com o CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e a IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Estas demonstrações financeiras *carve-out* foram elaboradas com o propósito de apresentar por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades de logística da Companhia e suas controladas, independentemente da disposição de sua estrutura societária. Assim, as demonstrações financeiras intermediárias *carve-out* condensadas foram elaboradas utilizando-se de premissas para segregação de receitas, despesas, custos, ativos e passivos e, portanto, não necessariamente refletem os resultados operacionais, posição financeira ou fluxo de caixa que teriam sido apresentados caso as entidades fossem uma entidade independente.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Política de gerenciamento de riscos

(a) Política Formalizada de Gerenciamento de Riscos

A Companhia adota uma política formalizada de gerenciamentos de riscos que foi aprovada pelo seu Conselho de Administração, em 27 de agosto de 2020. O referido documento encontra-se disponível no website de Relações com Investidores da Companhia em <https://ri.jsl.com.br/>.

A Política tem por objetivo identificar, controlar e mitigar os riscos aos quais está exposta no desenvolvimento de suas atividades.

(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece princípios, conceitos, diretrizes e responsabilidades sobre o processo de gestão de riscos corporativos, de forma a possibilitar a adequada identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos. Além disso, descreve as etapas deste processo de gestão para: (i) identificação dos eventos de risco, (ii) instrumentos utilizados para o gerenciamento dos riscos, (iii) estrutura organizacional de gerenciamento dos riscos e (iv) as responsabilidades de cada um dos envolvidos neste processo, estabelecendo limites para estas responsabilidades conforme os níveis de risco identificados.

(i) Riscos para os quais se busca proteção

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência e busca prevenir, mitigar e tratar os riscos que possam impactar as suas atividades e operações, o alcance dos seus objetivos e os padrões de geração de valor estabelecidos no seu plano estratégico. Tais riscos foram classificados em 7 (sete) principais grupos:

- Riscos estratégicos: são riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para atingir os seus objetivos e estratégias de negócios, a sustentabilidade dos seus negócios e/ou decorrentes da falta de capacidade ou habilidade da Companhia para proteger-se ou adaptar-se a mudanças no ambiente.
- Riscos operacionais: são aqueles decorrentes da inadequação, falha, deficiência ou fraude nos processos internos, pessoas ou ambiente de tecnologia, que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia. Estes riscos estão associados tanto à execução das atividades da Companhia (relacionadas aos seus objetos sociais), bem como às demais áreas administrativas internas de suporte.
- Riscos de mercado: são definidos como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da movimentação nos valores de mercado de posições detidas pela Companhia, considerando, inclusive, os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

ações e dos preços de mercadorias (commodities).

- Riscos de liquidez: são definidos como a possibilidade de a Companhia cumprir com as obrigações assumidas nos prazos acordados, inclusive as decorrentes de vinculações de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.
- Riscos de crédito: são a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao financiamento concedido aos clientes na operacionalização dos negócios, além dos riscos de contraparte assumidos nas operações de tesouraria.
- Riscos de imagem: são decorrentes das práticas internas, de outros riscos e fatores externos que possam gerar uma percepção negativa das empresas por parte dos clientes, acionistas, investidores, parceiros comerciais, ou que, de forma geral, possam gerar danos à reputação, credibilidade e marca da Companhia.
- Riscos de conformidade (*compliance*): decorrem da inobservância das leis e normas aplicáveis aos negócios da Companhia, o que pode acarretar perda financeira por meio do pagamento de multas, indenizações, bem como acarretar danos à imagem e à credibilidade da Companhia no mercado.

(ii) Instrumentos utilizados para proteção

Os principais instrumentos utilizados pela Companhia para proteção dos riscos são compostos principalmente pelo seguinte:

I. Identificação dos riscos

Por meio da atividade de *self assessment* que consiste na realização de entrevistas conduzidas pela Função de Controles Internos e Riscos, das quais participam os gestores dos processos e demais áreas envolvidas. O produto da identificação é uma lista abrangente de riscos que possam ameaçar a realização dos objetivos da linha de negócio e consequentemente da Companhia. Os riscos aos quais a Companhia está sujeita são documentados e formalizados de forma estruturada para que sejam conhecidos e tratados adequadamente, sendo categorizados de acordo com sua natureza e origem.

II. Avaliação e Análise dos Riscos

Estas etapas consistem na avaliação da percepção dos impactos e probabilidades de ocorrência de determinado evento pelos gestores e diretores de todas as linhas de negócios classificando-os por meio de fatores qualitativos, sendo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Impacto	Descrição
Alto	Consequência alta para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Médio	Consequência média para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.
Baixo	Consequência baixa para a Companhia caso o risco seja materializado, afetará a companhia.

Probabilidade	Descrição
Alto	É quase certo que o risco irá acontecer
Médio	É mais provável que o risco ocorra do que não ocorra
Baixo	Chance baixa que o risco ocorra

O resultado da avaliação dos riscos entre probabilidade *versus* impacto de sua ocorrência é representado pela matriz de riscos (Matriz 3x3), aprovada pelo Comitê de Auditoria, que permite o cálculo do risco inerente, conforme demonstrado abaixo:

R= PXI		Probabilidade		
		Baixo	Médio	Alto
Impacto	Alto	Médio	Alto	Alto
	Médio	Baixo	Médio	Alto
	Baixo	Baixo	Baixo	Médio

Após identificação e avaliação de riscos, sua priorização se dará pela maior relação entre impacto e probabilidade, estabelecendo assim o grau de exposição ao risco que orientará a prioridade de acompanhamento periódico. Desta forma, referida avaliação de riscos fornece um mapa dos riscos inerentes da Companhia, proporcionando um mecanismo para priorização da tratativa destes por meio de uma estrutura de controles internos alinhada aos objetivos e estratégias da Companhia.

III. Tratamento dos riscos

O tratamento dos riscos envolve a classificação e alinhamento com a estratégia para a elaboração do plano de trabalho de Controles Internos nas áreas selecionadas.

Após a avaliação e cálculo do risco inerente, o tratamento envolve a seleção de uma ou mais opções: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar.

As seguintes iniciativas também são tratadas nesta etapa:

- Implementação de controles e/ou processo para acompanhamento;
- Definição de planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e monitoramento destes por meio da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia que encaminhará alertas de cobranças aos responsáveis; e

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Submissão ao fórum específico (Comitê de Auditoria) para o acompanhamento dos planos de ações e direcionamento dos trabalhos.

IV. Monitoramento dos riscos:

O monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está submetida ocorre por meio das seguintes iniciativas:

- Análise de indicadores que demonstram a probabilidade, impacto, risco residual e inerente obtidos através da ferramenta automatizada de Gerenciamento de Riscos da Companhia.
- Teste de eficácia operacional dos controles internos que mitigam os riscos da Companhia, utilizando de amostragens por métodos não estatísticos, com base no conhecimento dos negócios, na experiência, em critérios subjetivos e em julgamentos.

Ademais, o Comitê de Auditoria, com base nas ações e nos relatórios recebidos da Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade; da Auditoria Interna, acompanha o monitoramento dos controles internos, gerenciamento de riscos, avaliação da efetividade e andamento das ações propostas pelos gestores como forma de mitigação ou eliminação dos riscos.

V. Informação e Comunicação

Essa etapa consiste na comunicação clara e objetiva dos resultados de todas as etapas de gerenciamento de riscos a todas as partes interessadas, contribuindo para o entendimento da situação atual e para a eficácia dos planos de ação estabelecidos.

(iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

A Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para tais responsabilidades. Nesse sentido, o processo de gestão de riscos da Companhia está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:

A Companhia mantém uma Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, responsável por liderar os trabalhos de monitoramento de riscos e teste da eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigá-los. São suas principais atribuições:

- (i) definir as responsabilidades relacionadas às atividades de gestão de riscos, assim como alçadas de aprovações e escopos de atuação;
- (ii) preparar relatórios periódicos de consolidação dos riscos e submetê-los ao Comitê de Auditoria da Companhia;
- (iii) apoiar os Administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos;
- (iv) avaliar o funcionamento dos controles existentes com objetivo de garantir que os mesmos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

sejam efetivos na mitigação dos potenciais riscos envolvidos;

- (v) auxiliar as áreas nas atividades de identificação/implantação/adequação de controles internos;
- (vi) identificar a necessidade de implantação de novos controles e/ou aprimoramento nos controles existentes;
- (vii) confeccionar e/ou revisar a matriz de riscos e controles;
- (viii) monitorar a não conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis;
- (ix) atualizar as diretrizes do Código de Conduta: e disseminá-las entre funcionários e terceiros;
- (x) informar ao Comitê de Auditoria: a) situações que caracterizem um risco de conformidade e de imagem para a Companhia, b) informações sobre as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncia e status das investigações; c) as sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia; d) eventuais descumprimentos das Políticas Anticorrupção da Companhia e validar a aplicação de medidas disciplinares sobre referidos descumprimentos; e) informações sobre doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública para validação;
- (xi) avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pela empresa terceirizada que administra o Canal de Denúncia da Companhia, monitorando os planos de ação gerando ações preventivas e a aplicação de eventuais medidas disciplinares;
- (xii) avaliar os riscos das obrigações que envolvam o tema conformidade/compliance impostas por clientes e por terceiros e submeter referida avaliação à diretoria executiva para aprovação ou não.
- (xiii) reportar à Diretoria e aos Comitê de Auditoria, da Companhia as questões atinentes ao gerenciamento de riscos e controles internos. Além disso, especificamente em relação a questões de conformidade, referida área mantém reporte ao Comitê de Ética e Conformidade.
- (xivi) Implantar controles preventivos para mitigar os riscos oriundos do Canal de Denúncia.

A Diretoria é responsável por:

- (i) garantir e facilitar o acesso dos membros do Conselho de Administração, dos Comitês, do Conselho Fiscal (quando instalado), das auditorias interna e externa e dos órgãos de assessoramento, às instalações da Companhia e às informações, aos arquivos e aos documentos comprovadamente necessários ao desempenho de suas funções;
- (ii) garantir que todos os seus liderados estejam em dia com os treinamentos obrigatórios.

A Administração é responsável por atuar diretamente no gerenciamento de riscos, privilegiando a identificação, avaliação, tratamento e monitoramento. Assim, cabe à Administração:

- (i) assegurar a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos riscos;
- (ii) auxiliar a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade nos processos de identificação e desenvolvimento dos portfólios de riscos, respondendo aos questionários de auto avaliação de riscos e possibilitando o mapeamento dos processos sob sua responsabilidade;
- (iii) sugerir planos de ações para as falhas, ausências e insuficiências identificadas e informadas pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iv) prestar esclarecimentos sob a condução do gerenciamento dos riscos sob sua reponsabilidade ao Comitê Auditoria da Companhia, sempre que solicitado.

O Comitê de Auditoria da Companhia tem como competência:

- (i) opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente;
- (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia;
- (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia;
- (v) avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas, a Política de Gerenciamento de Riscos, o Código de Conduta, os demais normativos do Programa de Compliance da Companhia;
- (vi) receber da Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e tratar informações, inclusive recebidas via Canal de Denúncia, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, incluindo potenciais violações à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida, bem como definir, recomendar a aplicação de medidas disciplinares cabíveis, e garantir a proteção ao denunciante e a confidencialidade da informação;
- (vii) avaliar e monitorar juntamente com a administração e área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela companhia e suas respectivas evidenciações;
- (viii) elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado ao Conselho de Administração contendo a descrição de: (a) suas atividades, os resultados e conclusões alcançados e suas recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da companhia, os auditores independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da companhia;
- (ix) receber reportes da Função Controles, Internos Riscos e Conformidade e do Comitê de Ética e Conformidade sobre a execução e cumprimento do Programa de Conformidade da Companhia. O Comitê de Auditoria é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração e a ele se reporta;
- (x) aprovar o Código de Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Controles Internos e suas futuras revisões destes documentos.

A Auditoria Interna da Companhia é terceirizada e possui estrutura e orçamentos considerados suficientes ao desempenho de suas funções, conforme avaliação realizada por pelo Comitê de Auditoria.

A Auditoria Interna é responsável por:

- (i) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos e de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações;

- (ii) recomendar melhorias de adequação ao ambiente interno e efetividade no processo de gerenciamento de riscos; e
- (iii) fornecer ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas.

O **Conselho de Administração** é o órgão central do sistema de governança da Companhia, sendo responsável pela sua perenidade e a criação de valor ao longo prazo. Portanto, cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a exposição dos riscos aos quais a Companhia está exposta, a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos, controles internos e do sistema de integridade/conformidade (*compliance*). Caberá, ainda, ao Conselho de Administração:

- (i) zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo o programa de integridade da Companhia, visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas;
- (ii) definir o nível de apetite a riscos da Companhia;
- (iii) deverá garantir que o Comitê de Auditoria tenha orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo; e
- (iv) aprovar o Código de Conduta, a Política de Gerenciamento de Riscos e a Política de Controles Internos e suas futuras revisões destes documentos.

O **Comitê de Ética e Conformidade** é um órgão não-estatutário, de caráter permanente, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. Compete ao Comitê de Ética e Conformidade:

- (i) cumprimento, disseminação e atualização do Código de Conduta e normas internas da Companhia;
- (ii) recomendação e acompanhamento de ações preventivas para os casos de violação à legislação nacional aplicável aos negócios da Companhia, principalmente o cumprimento da Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção – e demais leis que proíbem práticas de suborno, fraude, oferecimento ou recebimento de vantagem indevida;
- (iii) avaliação da eficiência e da eficácia dos requisitos legais do Programa de Integridade, exigidos pelo Decreto nº 8.420/2015 e demais normas do Ministério de Estado da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União - CGU, visando enraizar a cultura de conformidade, a mitigação e a prevenção de riscos e prejuízos;
- (iv) validação de sugestões de alteração das Políticas Anticorrupção da Companhia;
- (v) validação de doações e patrocínios à órgãos da Administração Pública;
- (vi) acompanhamento dos indicadores relacionados ao Programa de Conformidade e sugerir

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

melhorias e ajustes para os resultados identificados.

(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos

Conforme descrito na Política de Gerenciamento de Riscos, a Companhia separa áreas, funções e profissionais, definindo de forma clara as responsabilidades de cada um e estabelecendo limites para estas responsabilidades, conforme descritas na seção (b) acima. Cabe ao Conselho de Administração avaliar periodicamente a eficácia dos sistemas de gerenciamentos de riscos, controles internos e do sistema de conformidade, ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade e suficiência dos sistemas e controles de gerenciamento de riscos e, finalmente, a Diretoria avaliar o ambiente de controle a fim de assegurar a governança de gestão de riscos da Companhia, apoiando os administradores na definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e assegurar a implementação destes planos.

A área de Auditoria Interna também é responsável por aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia, reportando-se ao Conselho de Administração por meio do Comitê de Auditoria. Adicionalmente, suas atribuições, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração, são: (a) monitorar a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento dos riscos e de governança, bem como dos controles internos da Companhia e do cumprimento das normas e regulamentos associados às suas operações; (b) fornecer ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria avaliações independentes, imparciais e tempestivas; e (c) consolidar, avaliar, monitorar e comunicar os riscos (estratégicos, financeiros, operacionais e de compliance) da Companhia ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração. Por fim, a área de auditoria interna terá seu orçamento avaliado e aprovado pelo Conselho de Administração durante o exercício social corrente.

O Comitê de Auditoria tem competência para tratar dos assuntos de responsabilidade da Auditoria Interna e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. Sua criação e atribuições foram aprovadas pelo Conselho de Administração, e seu orçamento será avaliado e aprovado pelo mesmo órgão durante o exercício social corrente.

Além disso, as práticas de gerenciamento de riscos adotadas pela Companhia são revisadas ao menos uma vez ao ano e sempre que necessário pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, sendo que as revisões deverão ser submetidas ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Dessa forma, a administração da Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da política adotada, considerando o seu porte, seus objetivos operacionais e estratégicos e o contexto de negócios. Assim sendo, os objetivos e respectivos riscos são gerenciados e monitorados em função dos recursos ajustados às prioridades das mudanças que usualmente ocorrem nos contextos operacionais atualizados.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

- a. práticas da organização relativas ao seu sistema de controles internos, que monitora processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados com a gestão de riscos e de conformidade (compliance), fazendo comentários sobre o grau de eficiência e ações em andamento para aperfeiçoar os níveis de controle da organização**

Os controles internos utilizados pela Companhia objetivam: (i) a manutenção de registros que, em detalhe razoável e de forma rigorosa e justa, registra transações e disposições dos ativos da empresa; (ii) o fornecimento de segurança razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia o que poderia ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis.

O processo de avaliação dos controles internos da Companhia prevê atuação conjunta das áreas de negócio para validação dos riscos, mapeamento dos processos e validação de controles aplicáveis que visam a mitigação dos riscos que podem afetar a capacidade da Companhia em iniciar, autorizar, registrar, processar e divulgar informações.

Adicionalmente, durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia, o conjunto de processos que regem os procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

Nesse contexto, as principais práticas de controles internos adotadas pela Companhia são:

- Mensalmente, são realizadas reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras;
- Validação dos controles existentes que mitigam ou detectam irregularidades e/ou falhas, garantindo a eficácia operacional dos controles internos;
- Definição dos planos de ação necessários para tratamento dos riscos e controles e assegurar a implementação destes planos visando a eficácia dos controles internos com o objetivo de mitigar os riscos da Companhia;
- Ações preventivas, orientativas e de monitoramento, comunicações internas, treinamentos e aplicação de medidas disciplinares para garantir a aplicação das normas internas da Companhia e da legislação aplicável aos negócios; e
- Durante o exercício, quaisquer falhas identificadas na execução de controles são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício e evitar recorrências.

5.2 Descrição dos controles internos

b. as estruturas organizacionais envolvidas

As áreas da Companhia responsáveis pelos controles internos e pela elaboração das Demonstrações Financeiras, além das descritas no item 5.1.(b), são: a Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias.

A Controladoria e o Departamento de Demonstrações Financeiras Societárias são as áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras da Companhia com a adoção dos princípios contábeis aplicáveis. A Controladoria também realiza mensalmente as reconciliações das contas contábeis, fornecendo segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações financeiras da Companhia. Quaisquer exceções identificadas são direcionadas para as áreas envolvidas para as devidas correções.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade avalia periodicamente os controles internos aplicáveis que visam a mitigação e detecção de irregularidades e/ou falhas que possam acarretar a formalização de registros contábeis errôneos, a fim de assegurar a efetividade e eficácia operacional de tais controles. Para as exceções identificadas, são definidos em conjunto com os gestores dos processos os planos de ação necessários para o tratamento dos riscos e implementação destes planos. Por sua vez, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executada pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade por meio de reuniões periódicas para apresentação e reporte dos resultados dos trabalhos e respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

Durante o processo de elaboração das demonstrações financeiras, o conjunto de processos que regem nossos procedimentos de controles internos são executados, a fim de fornecer confiabilidade para a informação contábil e financeira registrada.

A estrutura de controles internos, riscos e conformidade da Companhia pode ser encontrada no item 5.1 deste formulário de referência.

c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade identifica os riscos e controles, conforme disposto no item 5.1.(b) acima. As deficiências são reportadas para o gestor responsável pelo processo avaliado, que apresenta o(s) plano(s) de ação adequado(s) e estipula prazos para o cumprimento do(s) mesmo(s). Ademais, como já mencionado, o Comitê de Auditoria supervisiona o processo de avaliação de controles internos executado pela Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, bem como os respectivos planos de remediação estabelecidos pelos responsáveis dos processos da Companhia.

d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

5.2 Descrição dos controles internos

Em conexão com o exame das demonstrações financeiras da JSL S.A. e suas controladas em 31 de Dezembro de 2022, conduzido de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e com o objetivo de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, os auditores externos não identificaram deficiências significativas.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Os auditores externos obtiveram entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria e conduziram procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias em conexão com as demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria, mas não para fins de expressar uma opinião específica sobre esses controles internos. Durante este trabalho, os auditores independentes não identificaram deficiências significativas.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- (a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

A Companhia adota o Programa de Conformidade alinhado com aquele de sua controladora SIMPAR S.A. tais diretrizes aplicam a todas as empresas controladas, incluindo a Companhia, e tem o objetivo de prevenir, detectar e remediar a ocorrência de desvios, fraudes, irregularidade e atos ilícitos, principalmente no ambiente público, bem como fortalecer os princípios éticos e padrões de transparência dentro do Grupo Simpar.

De modo a orientar a interação da Companhia com a Administração Pública, o Programa de Conformidade foi construído com base nos ditames do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e nos pilares e normas estabelecidas pela Controladoria Geral da União – CGU, também considerando as disposições previstas em outras legislações aplicáveis aos negócios da Companhia, como por exemplo: (i) Lei nº 9.613/1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro); (ii) Lei nº 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência); (iii) Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal); (iv) Lei nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa); (v) Lei 8.666/1993 (Lei de Licitações); e (vi) Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Nesse sentido, o Programa de Conformidade da Companhia e de suas controladas tem como normativos internos principais as seguintes políticas, todas aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e implementadas diariamente no dia-a-dia de suas atividades: (i) Código de Conduta; e (ii) Política Anticorrupção, composta pelas seguintes políticas (doravante denominadas “Políticas Anticorrupção”): Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidade; Doações e Patrocínios; Participação em Licitações Públicas e Interação com o Poder Público.

- (i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

A Companhia descreve a seguir as principais políticas e procedimentos de integridade adotados no âmbito do Programa de Conformidade da Simpar e suas controladas, que inclui a Companhia:

- Código de Conduta: O Código de Conduta da Companhia foi aprovado em reunião de seu Conselho de Administração, realizada em 30 de setembro de 2022, (“Código de Conduta”) é aplicável

5.3 Programa de integridade

a todos os seus conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários, trainees, prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral. O Código de Conduta é composto por um conjunto de orientações sistematizadas que retratam os valores da Companhia e que devem nortear sua atuação. Os assuntos tratados no Código de Conduta incluem, sem limitação: (i) cumprimento de leis e regulamentos; (ii) respeito aos direitos humanos e às relações de trabalho; (iv) condutas esperadas do colaborador; (v) combate à corrupção; (vi) conflito de interesses; (vii) doações e patrocínios; (viii) presentes, brindes, entretenimento e hospitalidade; (ix) relações com o ambiente externo; (x) descumprimento e medidas disciplinares; e (xi) Linha Transparente e (xii) Canal de denúncia.

- **Código de Conduta de Terceiros:** O Código de Conduta de Terceiros impõe a esse público as regras e obrigações que deverão se comprometer na relação estabelecida com a Companhia. Trata-se do compromisso com a conformidade à legislação, com o comportamento ético, transparente e íntegro com a sustentabilidade inclusive nas relações dos terceiros com a sua cadeia de valor, para que se estejam alinhados com os objetivos e práticas da Companhia.
- **Política de Doações e Patrocínios:** A Companhia aplica a Política de Doações e Patrocínios da Controladora a todos os colaboradores, independente do cargo ou função, bem como a qualquer pessoa, física ou jurídica, interessada em receber doação ou patrocínio da própria Companhia e/ou do Instituto Júlio Simões. A Política de Doações e Patrocínios define as diretrizes que devem ser observadas a fim de manter registros que garantam a rastreabilidade do processo, a observância da legislação vigente, a ausência de conflito de interesse e o atendimento das premissas estabelecidas pela Companhia.
- **Política de Participação em Licitação Pública:** A Companhia aplica a Política de Participação em Licitação Pública a todos os colaboradores das empresas, e define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados quando estes estiverem atuando em processos de licitações públicas, além de estabelecer premissas para que a empresa participe de certames.
- **Política de Interação com o Poder Público:** Companhia aplica a Política de Interação com o Poder Público a todos os colaboradores e terceiros que atuem em seu nome, define as diretrizes, proibições e regramentos que devem ser observados no exercício de atividades e sempre que interagirem com os membros da Administração Pública em todas as suas esferas – Legislativo, Judiciário e Executivo, a fim de garantir o cumprimento da legislação aplicável e evitar a ocorrência de fraudes, corrupção e outros ilícitos.
- **Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades:** Companhia aplica a Política de Brindes, Presentes, Entretenimento e Hospitalidades a todos os colaboradores e terceiros, definindo as diretrizes e orientações que devem ser observadas durante o oferecimento e recebimento de brindes presentes, hospitalidades e entretenimento, com regras especiais aplicáveis a órgãos da Administração Pública.
- **Linha Transparente:** Canal dedicado ao recebimento de dúvidas e/ou sugestões de melhoria sobre o Código de Conduta, normas internas e as políticas da Companhia, bem como a comunicações

5.3 Programa de integridade

previstas pelas Políticas Anticorrupção. Esse canal está disponível por meio do telefone 0800 726 7250 (atendimento das 8h00 às 17h48), ou pelo e-mail conformidade@jsl.com.br, por qualquer colaborador, fornecedor, prestador de serviços, terceirizados, clientes e outras partes interessadas;

- Canal de Denúncia: atendido por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. O Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, administrados exclusivamente por empresa terceirizada. O anonimato é garantido ao denunciante de boa-fé, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da função de Controles Internos, Riscos e Conformidade. É acessível ao público interno e externo.

Após a conclusão da apuração das denúncias o fluxo prevê duas frentes de atuação e utilizando a ferramenta de GRC (Governance, Risk and Compliance): (i) a documentação e tratativa de planos de ação para ações preventivas e melhorias de processo e (ii) apontamentos para a célula de Controles Internos e Riscos visando enriquecer as matrizes de trabalho.

- Processo de Homologação de Terceiros: para que os objetivos do Programa de Conformidade sejam de fato atingidos, o mesmo padrão adotado pela Companhia deve ser exigido dos terceiros com os quais ela se relaciona, desta forma, a empresa aplica o processo de homologação e faz a gestão do monitoramento dos mesmos e impõe obrigações para execução do contrato firmado com a Companhia. Referido processo possui níveis de aprofundamento de avaliação que variam de acordo com o risco representado pelo terceiro.

No momento do cadastro do terceiro no sistema da Companhia, para que ele possa prestar o serviço ou fornecimento, são realizadas consultas que permitem avaliar a sua regularidade mínima, como: cadastro da situação da empresa (CNPJ); inscrição estadual/municipal; certidão de regularidade de tributos Municipais, Estaduais e Federais; certidão de regularidade com a Seguridade Social, cadastro de empresas punidas ou impedidas de contratar com a administração Pública (CEIS e CENEP), pesquisa em lista de trabalho escravo.

Ainda no momento do cadastro, o terceiro responde a um questionário que visa identificar a criticidade da sua atividade e do negócio que manterá com a Companhia. Por fim, ele é obrigado a ler e declarar ciência do Código de Conduta de Terceiros, da Companhia, também validado pelo Conselho de Administração.

A empresa identificou alguns terceiros como “de alto risco” em razão da natureza e/ou da relação de contratação, e eles são submetidos a um questionário de *due diligence*, avaliação de documentos, pesquisas (mídia e processos judiciais e administrativos) e assinatura de declaração de conformidade. A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade é responsável por realizar pesquisas

5.3 Programa de integridade

complementares, avaliar as respostas prestadas no questionário e emitir parecer sobre os riscos da contratação.

A Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade monitora periodicamente o cumprimento e execução do Programa de Conformidade da Companhia realizando, entre outras atividades: (i) avaliação das doações e patrocínios a órgãos públicos e privados; (ii) avaliação de todas as cláusulas de conformidade dos contratos da Companhia; (iii) condução de processo de homologação/*due diligence*/similares que são aplicados quanto a terceiros contratados pela Companhia; (iv) promoção da transparência das informações prestadas; (v) orientações em caso de dúvidas sobre o Programa de Conformidade; (vi) emissão de pareceres sobre as algumas obrigações legais aplicáveis aos negócios da companhia; e (vii) homologação de terceiros que são contratados pela Companhia para prestarem serviços que compreendem interação com órgãos públicos.

Ressalte-se que a Companhia realiza treinamentos periódicos sobre o tema de integridade, presenciais e online, a todos os seus administradores, funcionários e estagiários. Além disso, no momento da integração (contratação) todos os novos colaboradores recebem um treinamento sobre o Código de Conduta e as Políticas Anticorrupção.

Todos os processos relacionados ao Programa de Conformidade são revisados com periodicidade não superior a 2 (dois) anos, sendo que, dos resultados dessas revisões, são implementados os eventuais ajustes dos processos e dos normativos internos da adotados pela Companhia.

Além dos procedimentos acima, a Companhia realiza anualmente a avaliação dos riscos junto as gestores avaliando a probabilidade de efetivação das referidas consequências e seu impacto em caso de eventual ocorrência. Após a identificação dos riscos, os mesmos são gerenciados de acordo com sua criticidade e avaliadas as melhores alternativas para mitigação, definição de controles ou aceitação do risco cujo impacto seja menor que o custo-benefício de seu gerenciamento.

A Administração da Companhia entende que as políticas e procedimentos de integridade existentes estão adequados ao perfil de riscos da Companhia, que apresenta nível moderado de interação com entidades da Administração Pública de acordo com os negócios das empresas controladas.

Visando aprimorar seus processos, principalmente, sob a ótica da transparência e conformidade, como já esclarecido de forma detalhada nos itens anteriores, as empresas controladas que contratam com a Administração Pública, instituíram políticas, procedimentos e controles para buscar prevenção de fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios e na execução de contratos administrativos de forma efetiva, bem como para garantir a regular interação com o Poder Público. As regras e controles exigidos pelas Políticas Anticorrupção, compostas inclusive, como já esclarecido, pelas Políticas de Participação em Licitação Pública e de Interação com o Poder Público, bem como os demais meios de controle (por exemplo, Sistema de Licitação, sala de Licitação, Linha Monitorada, etc) estabelecem rígidos critérios que buscam a transparência e legalidade durante as concorrências e execução dos contratos públicos.

A CS Brasil Frotas e a CS Brasil Transportes, são empresas do grupo que dispõem de um sistema eletrônico para evidenciar todo o processo de licitação pública, desde a obtenção do edital até a

5.3 Programa de integridade

assinatura do contrato ou término do processo, referido sistema registra todas as etapas do processo e permite que cada uma seja consultada e eventualmente auditada. As participações ocorrem na “Sala de Licitações”, que é ambiente seguro e monitorado criado exclusivamente para abrigar as fases de disputa dos processos de licitação pública destas empresas e possui acesso restrito, equipamentos dedicados, infraestrutura e regras certificadas, inclusive, linha telefônica gravada e monitorada para utilização dos funcionários do departamento de licitação para qualquer contato com órgãos da Administração Pública.

Com relação aos contratos vigentes firmados entre a pessoa jurídica e a Administração Pública, as informações são disponibilizadas em seu Portal da Transparência, que pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://transparencia.csbrasilservicos.com.br/>.

(ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As estruturas organizacionais envolvidas no funcionamento e eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, em especial, do Programa de Conformidade da Companhia, são a Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria da Companhia, cujas atribuições são previstas na Política de Gerenciamento de Riscos da Companhia, descritas no item 5.1 acima.

A independência e autonomia da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são garantidas através do dever de reporte ao Comitê de Auditoria sobre todas as ações que envolvem o programa de conformidade e seus indicadores, bem como a gestão de riscos e de controles internos.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade, tem como missão zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio da Companhia.

A Função de Controles, Internos Riscos e Conformidade e o Comitê de Ética e Conformidade são responsáveis por monitorar o funcionamento e a eficiência do Programa de Conformidade da Companhia e, se reportam ao Comitê de Auditoria da Companhia.

O Comitê de Ética e Conformidade, por sua vez, é órgão consultivo da Companhia, que assessora o Comitê de Auditoria, a Diretoria Executiva e o principal responsável pela manutenção do Programa de Conformidade de forma adequada à estrutura de negócios da Companhia, com base na legislação aplicável, melhores práticas de mercado e sustentabilidade.

O Comitê de Auditoria da Companhia é órgão de assessoramento do Conselho de Administração com poderes deliberativos e, com relação a temas de conformidade e integridade, tem como objetivo

5.3 Programa de integridade

fiscalizar o cumprimento do Código de Conduta, bem como das políticas e demais normas internas das Empresas do grupo, assim como em todas as questões que envolverem violações aos valores éticos da Companhia, visando enraizar a cultura de conformidade e ética, a mitigação de riscos e prejuízos e a observância da legislação vigente, conforme determina o seu Regimento Interno.

(iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando

A Companhia possui um Código de Conduta, que foi aprovado por seu Conselho de Administração em 30 de setembro de 2022 e é aplicado a todas as suas controladas e coligadas.

O Código de Conduta se aplica a todas as empresas por ela controladas, às suas coligadas e consorciadas da Companhia, no âmbito de seus respectivos contratos, e a todos os conselheiros, diretores, gerentes, colaboradores, estagiários e trainees, assim como prestadores de serviço, fornecedores, parceiros de negócios, consultores e terceiros em geral da Companhia (em conjunto, "Colaboradores").

Os Colaboradores recebem o primeiro treinamento no momento da contratação/integração e um treinamento anual.

Adicionalmente, a cada ano os principais executivos da Companhia se reúnem com o objetivo de alinhar os atingimentos e metas da Companhia, onde neste momento, é reservada uma pauta específica para a apresentação de questões relacionadas ao Programa de Conformidade.

Conforme disposto no próprio Código de Conduta, o descumprimento de quaisquer das suas diretrizes ou das demais normas internas adotadas pela Companhia poderão ensejar a aplicação das seguintes medidas disciplinares, independentemente do nível hierárquico e sem prejuízo da sujeição a outras medidas legais pertinentes:

- (i) advertência, oral ou por escrito;
- (ii) suspensão; ou
- (iii) rescisão do contrato de trabalho, com ou sem justa causa.

No caso de comprovação de descumprimento das normas do Programa de Conformidade por terceiros a Companhia poderá resilir a relação comercial, aplicar as sanções contratuais, solicitar a substituição de mão de obra interna, buscar ressarcimentos e indenizações, tudo nos termos do previsto no contrato firmado entre as partes e a legislação aplicável.

(b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui Canal de Denúncia conforme descrito abaixo.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

5.3 Programa de integridade

O Canal de Denúncia foi criado em 2010, e em novembro de 2016 foi terceirizado para atendimento por empresa totalmente independente, visando dar maior credibilidade ao anonimato do denunciante e tornar mais eficiente o retorno da apuração da denúncia. Desde então o Canal de Denúncia da Companhia funciona 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, sendo conferido ao denunciante a possibilidade de formalizar sua denúncia pelos seguintes canais de comunicação: telefone e site, todos administrados exclusivamente por empresa terceirizada.

O anonimato é garantido, bem como a possibilidade do acompanhamento da tratativa da denúncia de forma independente por meio de número de protocolo. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias, principalmente em caso de denúncias em face da alta administração, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e membros da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Denúncias está disponível para todos os Colaboradores, bem como para terceiros, prestadores de serviços e clientes que tenham interesse em denunciar ações, omissões, irregularidades, desconformidades, bem como qualquer fato que viole a legislação vigente e/ou as diretrizes do Código de Conduta ou das demais políticas internas da Companhia, ou, ainda, que possam causar algum dano a qualquer atividade da Companhia, aos seus Colaboradores, acionistas e demais interessados.

- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Denúncia da Companhia foi projetado de forma a manter a confidencialidade das denúncias e informações comunicadas. Todas as comunicações realizadas ao Canal de Denúncias da Companhia são confidenciais o denunciante poderá optar pela forma anônima.

As denúncias são recebidas por empresa terceirizada e a Companhia não tem acesso a qualquer informação do denunciante. Adicionalmente, de acordo com o Código de Conduta, Companhia não tolera qualquer tipo de retaliação contra aquele que, de boa-fé, relate uma preocupação sobre uma conduta ilegal ou não conforme com as instruções estabelecidas no Código de Conduta e qualquer conduta dessa natureza ensejaria a aplicação de medidas disciplinares.

A Companhia garante a possibilidade de acompanhamento da denúncia pelo denunciante, inclusive quando a denúncia é feita de forma anônima. Por meio de sistema eletrônico, todo o processo de tratativa da denúncia é evidenciado. O fluxo de funcionamento garante a imparcialidade e a não ocorrência de conflitos de interesse no recebimento das denúncias.

Após a conclusão do processo de investigação, além da aplicação de medidas disciplinares, quando cabível, são gerados planos de ação em conjunto com as áreas envolvidas para mitigar os riscos

5.3 Programa de integridade

identificados, como ação preventiva e melhorias nos controles internos. O Canal de Denúncia é objeto de periódicas campanhas internas de comunicação.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

As denúncias são recebidas pela empresa terceirizada que administra o canal e transmitidas para a Função Controles Internos, Riscos e Conformidade da Companhia, que é responsável por avaliar, investigar e tratar as denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias.

Cumpre ressaltar que conforme matriz aprovada pelo Conselho de Administração, denúncias contra diretores estatutários, membros do Comitê de Auditoria, Conselho de Administração, Comitê de Ética e Conformidade e da Função de Controles Internos, Riscos e Conformidade, são destinadas a pessoas diferentes do fluxo padrão, a depender do denunciado, de forma a garantir a ausência de conflito de interesse.

(c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia efetua a contratação de serviços especializados (consultorias, auditorias e avaliações jurídicas) para os processos de *due diligence* de todos os aspectos necessários para a avaliação dos riscos nas operações.

(d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia possui regras, políticas, procedimentos e práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, conforme descrito nesta seção 5.4.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

No último exercício social, a Companhia efetuou a atualização do portfólio de riscos com as suas devidas classificações de probabilidade e impacto, nos termos da sua Política de Gerenciamento de Riscos. Não houve alterações significativas quanto às práticas adotadas para gerenciamento de riscos em relação ao último exercício social.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.